

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

MORGANA VIEIRA MODOLON

**A DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA: ASPECTOS DA REPRESSÃO E
RESISTÊNCIA**

CRICIÚMA

2013

MORGANA VIEIRA MODOLON

**A DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA: ASPECTOS DA REPRESSÃO E
RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado, no
curso de História da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Tiago da Silva Coelho

CRICIÚMA

2013

MORGANA VIEIRA MODOLON

**A DITADURA MILITAR EM CRICIÚMA: ASPECTOS DA REPRESSÃO E
RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela
Banca Examinadora para obtenção do Grau de
Licenciatura e Bacharelado, no Curso de História da
Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 10 de Dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Tiago da Silva Coelho – Mestre – (UNESC) – Orientador

Prof.(a) Marli de Oliveira Costa – Doutora – (UNESC)

Prof.(a) Marli Paulina Vitali – Mestra – (SATC)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar alguns aspectos das repressões e das resistências existentes em Criciúma entre 1964 e 1975, período que vai do golpe militar até a Operação Barriga Verde (OBV). A cidade de Criciúma sempre teve grande atuação política e social, muito por conta das lutas travadas entre operários e donos de mineradoras. Durante o golpe a cidade respondeu ao chamado de resistência e decretou greve geral, porém o que ocorreu após este período é pouco trabalhado e discutido. Volta-se a falar de Criciúma somente no que tange a OBV. Assim sendo, os acontecimentos deste entretempo ficam silenciados, como se a repressão tivesse acabado com as resistências na cidade. Assim, o presente trabalho tem por objetivo dar visibilidade às personagens que foram emudecidos durante o regime por meio da repressão. Buscando demonstrar que mesmo com a perseguição e repressão por parte do Estado, havia aqueles que se opunham ao regime vigente e defendiam outros ideais. Nesse sentido, é investigado alguns momentos da resistência, durante o golpe até a implementação da OBV, tentando compreender as razões do interesse do regime militar por Criciúma. Para cumprir tal tarefa é utilizado fontes bibliográficas, jornais e entrevistas. A perseguição aos membros do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e também aos militantes comunistas filiados ao Partido Comunistas Brasileiro (PCB), expôs a cidade à nível nacional como a “Cuba brasileira”. Tal fato trouxe atenção especial à região durante um dos momentos mais violentos do período militar, foram presos 42 militantes comunistas na OBV, sendo que destes 13 tinham vínculo direto com a cidade do carvão.

Palavras-chave: Operação Barriga Verde. Ditadura Militar. Criciúma. Resistência.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional 1
AI-5	Ato Institucional 5
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBCA	Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	Código de Legislação Trabalhista
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNR	Movimento Nacionalista Rural
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OBV	Operação Barriga Verde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UESC	União de Estudantes Secundaristas de Criciúma
UDN	União Democrática Nacional
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1. OS AGENTES ARTICULADORES E O GOLPE DE 1964	18
1.1. O PRÉ-GOLPE NA CAPITAL DO CARVÃO.....	25
2. AS RESISTÊNCIAS POSTERIORES AO GOLPE	30
2.1. AS RESISTÊNCIAS NA CIDADE DE CRICIÚMA.....	37
3. A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	60
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos se encontram em destaque nos veículos midiáticos – especialmente aqueles disseminados via internet – acontecimentos que suscitam uma reflexão histórica voltada a 1964. Tais reflexões foram intensificadas com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, que trouxe para debate assuntos voltados à ditadura civil militar brasileira¹.

Isso se deu, especialmente, devido aos objetivos da Comissão Nacional da Verdade, que tem por finalidade apurar violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988², período em que abrange a ditadura militar, instaurada no Brasil em primeiro de abril de 1964 e depois de um processo de abertura gradual, chegou ao fim em 1984.

A história pode ser contada de diversas formas. Sabendo-se que entre 1964 e 1984 o Brasil viveu um período de ditadura, onde havia censura em grande escala e o regime buscava imprimir controle sobre o imaginário e o cotidiano, pode-se compreender que a história desse período tende a ser fortemente vinculada ao Estado e limitada por ele, se enquadrando nos paradigmas de uma história tradicional, “no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história”³. Assim sendo, as representações construídas sobre o período da ditadura militar precisam e vêm sendo reconstruídas na busca de visibilizar sujeitos até então esquecidos.

Nesse sentido, a Comissão Nacional da Verdade mais do que investigar as violações de direitos humanos, busca construir novas as representações sobre o período da ditadura militar, visibilizando sujeitos muitas vezes negligenciados pela história, ou lembrados apenas como agitadores, ou terroristas e subversivos. Renegando a outro papel, também os responsáveis pela tortura e morte daqueles que divergiam da forma de pensar do regime e que ainda hoje se encontram impunes, amparados pela Lei de Anistia, elaborada logo no fim do período ditatorial, uma das vantagens da abertura gradual.⁴

¹COMISSÃO Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acessado em: 15 de novembro de 2013.

²Ibidem.

³BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 12.

⁴LEI de Anistia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acessado em: 17 de dezembro de 2013.

Tais acontecimentos da atualidade remetem a reflexões voltadas ao período ditatorial, trazendo à tona a necessidade de novas pesquisas, que busquem preencher as lacunas e visibilizar indivíduos que foram calados pela ditadura.

Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho se faz necessário, pois pode-se observar que o período da ditadura civil militar brasileira é um tema um tanto esquecido pela historiografia em Santa Catarina e Criciúma. Em geral, as obras existentes sobre a ditadura militar em Criciúma concentram-se nos eventos que envolvem o golpe civil militar e a Operação Barriga Verde⁵ (OBV), deixando de lado os acontecimentos entre um episódio e outro. Nesse sentido, o presente trabalho busca responder qual a relação existente entre os acontecimentos que se sucederam ao golpe militar de 1964 em Criciúma e a perseguição aos comunistas na OBV, visto que nesse período a Cidade de Criciúma foi vista como a “Cuba brasileira”⁶.

Motivados por essa problemática, o presente trabalho tem como objetivo, dar visibilidade a esse período tão importante e sombrio da história brasileira, na cidade de Criciúma. Trazendo à tona personagens que foram silenciados durante o regime por meio da repressão, mostrando alguns aspectos de sua resistência. Para isso, tendo em vista a existência de alguns trabalhos que abordam alguns aspectos do golpe e a OBV, este trabalho busca investigar, como se deu a relação entre resistência e opressão em Criciúma, entre o golpe e a OBV, tentando compreender quais razões levou a ditadura a se interessar por Criciúma prendendo um grande número de militantes políticos da cidade durante a OBV.

Para isso, é preciso pesquisar os sujeitos reprimidos pela ditadura e ampliar a compreensão desse período, não se limitando a documentos oficiais, pois esses expressam uma visão também oficial dos fatos, colocando sob os holofotes, grandes estadistas e militares. Dialogar com fontes diversificadas se faz necessário para retirar de um papel secundário milhares de brasileiros, cuja história ainda hoje é incerta. Afinal a ampliação do conceito de história e da compreensão do sujeito, também se reflete nas fontes a serem utilizadas, como afirma Burke:

⁵A OBV foi uma operação militar desencadeada por órgão do Estado para investigar e prender os responsáveis pela reestruturação do PCB em Santa Catarina.

⁶Tal expressão foi retirada da entrevista do senhor Ciro Manoel Pacheco para afirmar que a cidade de Criciúma era um lugar de luta de classes e encontra-se subentendida em documentos oficiais, como o processo jurídico (ACE 019108/89) onde os responsáveis pela investigação afirmam que Criciúma é um reduto de comunistas devido a extrema exploração e as precárias condições de vida em que os trabalhadores se encontram. Nesse sentido, é importante perceber a ambigüidade nas origens do termo, cabendo questionar se o termo Cuba brasileira partiu dos movimentos resistentes ou foi imposto pela direita de forma pejorativa.

O movimento da história vista de baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais. O mesmo acontece com algumas formas de história oral. Neste sentido, também a heteroglossia é essencial à nova história.⁷

Devido a isso, neste trabalho, serão utilizadas além de fontes bibliográficas, fontes documentais e orais. Uma vez que se busca visibilizar movimentos silenciados por instituições oficiais, recursos como a história oral são de suma importância, pois apesar de a história oral não ser a história vivida, ela consiste no registro de um depoimento da história vivida, um registro de experiências de pessoas comuns. A história oral é “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos”⁸, configurando um meio de se compreender a história e pode, por tanto, exibir a perspectiva dos sujeitos esquecidos pelos registros oficiais.

Além disso, ao refletir sobre a ditadura civil militar brasileira é indispensável a compreensão de alguns conceitos, pois os conceitos norteiam a abordagem teórica implícita em cada análise histórica. Nesse sentido, faz-se necessário compreender primeiramente o que define uma ditadura, o que nos leva a adentrar nos campos da história política.

A história política entre o século XIX e XX desfrutou de grande prestígio, no entanto, com as renovações nos paradigmas da história, a história política sofreu profundas críticas e passou por um período de descrédito. Posteriormente, com a valorização da história cultural, a história política ampliou seu campo de pesquisa, se apropriando de novos conceitos, como por exemplo, o imaginário, penetrando nos costumes e comportamentos, e fugindo de uma história apenas factual que era centrada apenas nos agentes mais evidentes de processos significativamente complexos. Segundo René Remond “A esfera do político absorve problemas ou questões que não se colocavam antes e que aliás, em alguns casos, tornam a sair dela. Os contornos são pouco nítidos, mas hoje em dia poucos domínios escapam da política”⁹.

Nesse universo ampliado, uma das perspectivas apresentadas é a de cultura política, que pode ser compreendida como algo além de simples números, eleições e figuras, mas perceptível nas práticas cotidianas de sujeitos onde compartilham ideologias e experiências de

⁷BURKE, op. cit., p. 16.

⁸DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autentica, 2006, p. 15.

⁹REMOND, René. LINHARES, Maria Yedda (Trad.). *Por que a história política?* – Conferência. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n°. 13, p. 7-19, 1994, p. 17.

peças comuns, visto que, “a experiência surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”¹⁰. E apesar de ser um conceito polissêmico, Rodrigo Pato Sá Mota, define cultura política como sendo,

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro.¹¹

Dentro dessa perspectiva, acredita-se que os agentes políticos são movidos por mais do que simplesmente idéias e interesses, de acordo com Rodrigo Pato Sá Mota:

A aplicação do conceito de cultura política supõe a convicção de que os homens agem também movidos por paixões e sentimentos, como medo, ódio e esperança; são mobilizados por meio de representações e imaginários que constroem mitos e heróis exemplares, bem como inimigos odientos; e tomam decisões por influência de valores construídos em torno da família, nação ou religião.¹²

Por meio desta concepção, levam-se em consideração os mais diversos sujeitos e vozes em sua totalidade e como produtos da cultura em que estão inseridos, permitindo uma compreensão mais ampla do período da ditadura civil militar brasileira.

Para isso, deve-se compreender que o conceito de ditadura é muito mais amplo, do que é tido pelo senso comum, onde é visto simplesmente como o modelo antagônico à democracia. Tal conceito é maior do que um simples antagonismo e pode se estender para além da política. Segundo Marilena Chauí, por exemplo, o autoritarismo é produto da sociedade e possui diversas manifestações políticas, tendo como uma de suas utilidades, encobrir as divisões sociais, naturalizando-as.

A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem. Porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político.¹³

¹⁰ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p.16.

¹¹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 21.

¹² MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira. In. *Autoritarismo e cultura política*. ABREU, Luciano Amarone. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. (Org). Porto Alegre: Edipucrs, 2013, p. 11.

¹³ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 57.

No caso da ditadura civil militar brasileira, um regime autoritário, onde os dirigentes do Estado eram os controladores das armas ao invés de imbuídos de autoridade legitimada democraticamente, o conceito de ditadura pode ser compreendido a partir de uma reflexão sobre o poder, como um modelo de governo que, por não possuir um poder legítimo e reconhecido socialmente, utiliza a violência para se legitimar, empreendendo-a contra seus inimigos. Como afirma Hannah Arendt “Politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo”.¹⁴

No período ditatorial brasileiro a violência foi uma característica efetiva, dirigida contra os inimigos criados pelo próprio Estado e que supostamente ameaçavam a Pátria (a democracia, a cristandade e a família) e se personificavam no comunismo e em todos aqueles que contestavam de algum modo o governo vigente.

No entanto, o regime sempre se manteve atrás de máscaras, apresentando-se como guardião da democracia e da paz social, de modo que, apesar de a violência ser calamitosa a mesma não se fazia notória, aparecia de formas veladas ou sendo encoberta. Isso porque o regime desenvolveu mecanismos de controle que configuravam através da repressão, o autoritarismo do Estado.

A repressão vai além dos efeitos do poder, reunindo em si vigilância e punição de modo imperceptível, que ao mesmo tempo amedronta e persuade. Segundo Michel Foucault, a repressão é parte das relações que permeiam o poder, indo além de uma consequência indissociável do poder. Para Foucault, o poder não é somente repressivo, mas consiste em rede produtiva, que além de reprimir produz saberes que a legitima:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.¹⁵

Nesse sentido, a repressão encontra-se em meio às relações de poder como “o simples efeito e a simples continuação de uma relação de dominação. A repressão seria a prática, no interior desta “pseudo-paz”, de uma relação perpétua de força”¹⁶.

Por tanto, durante a ditadura foram desenvolvidos mecanismo e engrenagens, visíveis ou não, que permitiam o controle. A violência empreendida contra aqueles que se

¹⁴ARENDT, Hannah. *Da violência*. São Paulo: Ática, 1988, p. 30.

¹⁵FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.174.

¹⁶Ibidem, p.100.

contrapunham ao sistema gerava terror e o medo, que já eram suficientes e eficientes enquanto mecanismos de controle e como uma forma de repressão. A imagem criada do Brasil como país em desenvolvimento também faziam parte das relações de poder que desenvolviam a repressão, pois mostravam a nação que as atitudes violentas adotadas pelo governo estavam dando resultado.

No entanto, mesmo dentro deste contexto onde o terror, a violência e a alienação imperavam, houve grupos que se organizaram em instituições oficiais e/ou clandestinas para resistir, é possível compreender também que “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”¹⁷. Assim, no Brasil e em particular na cidade de Criciúma, existe a possibilidade de observar essas ações de opressão e resistência a partir dos desdobramentos do golpe até os eventos empreendidos pela Operação Barriga Verde.

Com base em tais conceitos, para atingir os objetivos propostos, o presente trabalho no capítulo inicial, intitulado “Os agentes articuladores do golpe de 1964”, irá ambientar em cenário nacional alguns fatores essenciais para a compreensão do golpe de 1964, identificando os setores envolvidos no mesmo e sua motivação, fazendo uso apenas de fontes bibliográficas. Para a partir de então, apontar como a ditadura comandou o Brasil durante seus 21 anos, analisando seus momentos de maior notoriedade, como sua legitimação com a implantação do Ato Institucional¹⁸ 1 (AI-1), seu endurecimento, buscando reprimir as resistências existentes, no pensamento comunista, na figura do Partido Comunista e nas esquerdas armadas, até seu enrijecimento, com o Ato Institucional 5 (AI-5).

No subtítulo “O pré-golpe na capital do carvão”, serão apontados aspectos da construção do imaginário anticomunista em Criciúma a partir da análise de artigos do jornal Tribuna Criciumense no período em que foi articulado o golpe, buscando identificar os interesses existentes por de trás dessa construção.

No segundo capítulo, também subdividido em duas partes: “As resistências posteriores ao golpe” e “As resistências na cidade de Criciúma”, primeiramente será descrita a repercussão nacional do golpe, identificando os movimentos de resistências que ganharam visibilidade nacionalmente e a repressão que se seguiu aos mesmos. E em seguida, será analisada a repercussão do golpe na cidade de Criciúma, através das tensões, da repressão e

¹⁷FOUCALT, (1979) op. cit., p. 241.

¹⁸Os Atos Institucionais foram decretos de natureza jurídica que vigoravam acima da constituição podendo modificar ou anular leis estabelecidas pela mesma.

das resistências, dando destaque a atuação do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e a atuação de sujeitos ligados ao mesmo. No entanto, sem esquecer outros movimentos sociais. Para isso, além das fontes bibliográficas, serão utilizadas duas entrevistas com militantes políticos ligados a esquerda na cidade e um processo judicial.

No capítulo final do trabalho, as análises se focarão no processo mais violento da repressão em Santa Catarina, a Operação Barriga Verde, nesse momento será analisado o processo que desencadeou OBV e as prisões, para isso serão utilizadas fontes bibliográficas, fontes orais e atas de apuração das eleições de 1974.

1. OS AGENTES ARTICULADORES E O GOLPE DE 1964

Há aproximadamente 49 anos, o Brasil viveu um dos mais turbulentos episódios de sua história. Entre 1964 e 1984 estabeleceu-se no Brasil uma ditadura militar, apoiada por setores da sociedade civil.

O golpe de 1964 não aconteceu casualmente, foi parte de um processo, que em análises mais profundas, levaria em consideração o comportamento de alguns grupos e a estrutura da sociedade brasileira, desde 1930, ou antes. Contudo, mesmo nas análises mais simplistas, ao discutir o golpe de 1964 e a ditadura é preciso levar em consideração a atuação de diversos elementos, compostos por mais de um grupo social, civil e militar, com atuação direta ou indireta ao longo do processo.

Primeiramente, é preciso levar em consideração a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira. A partir da década de 1950, o governo brasileiro passou a possuir um modelo econômico mais dependente. Mesmo em momentos anteriores, a dependência do capital estrangeiro, principalmente norte-americano, foi ameaçada poucas vezes, de forma que nunca chegou a representar um perigo de fato.

Exemplos desses períodos podem ser observados, por exemplo, no governo de Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), quando após instaurar uma ditadura com o apoio militar, ao adotar medidas de nacionalização, Vargas passou a sofrer pressão externa e de agentes conservadores, até sua deposição. Desse modo,

Mesmo diminutas e incipientes, as conquistas nacionalistas que o Estado Novo trouxera feriam os interesses norte-americanos. Setores afinados com os Estados Unidos passaram a conspirar para a deposição de Getúlio.¹⁹

No entanto, é importante salientar que no contexto do golpe de 1964 e da guerra fria, os nacionalistas, apesar de representarem um impasse aos interesses estrangeiros, não se enquadravam como um problema. Afinal, os nacionalistas também possuíam uma postura fortemente anticomunista.

Para os nacionalistas, o comunismo representava a dominação do Brasil por ideologias estrangeiras, que tinham suas bases firmadas na luta entre duas classes dentro de uma nação, pois na ideologia comunista não é de grande relevância a unidade nacional, mas sim o prevalecimento de uma classe sobre outra através da revolução proletária.

Assim, “a luta de classe não era admitida em um estado totalmente nacionalista; os

¹⁹*Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 56.

brasileiros integralmente deveriam construir uma nação sem cisões, e qualquer ameaça de destruir essa hegemonia deveria ser considerada uma ameaça de destruir a pátria”²⁰. Por tanto, para os nacionalistas, o comunismo conduziria a nação à perda da identidade nacional, através da divisão da nação em classes antagônicas e conflitantes. Nessa perspectiva, em 1964, também os nacionalistas foram aliados dos militares.

Entre 1950 e 1954, Vargas voltou ao poder eleito democraticamente, mais uma vez apoiado em propostas nacionalistas, mas “os interesses norte americanos já tinham cravado em solo brasileiro uma pesada ancora, de difícil remoção”²¹.

A postura nacionalista de Vargas, novamente trouxe uma série de pressões sobre o seu governo, desta vez as tensões eram conduzidas por um comando militar, que outrora o havia apoiado e que nesse contexto planejava novamente sua deposição. No entanto, em um gesto imprevisto, Vargas não abriu mão do controle do Estado, resistindo até as últimas consequências. Optou por tirar sua própria vida, desencadeando reações populares que retardaram um golpe militar apoiado pela direita conservadora, que já estava articulado. De acordo com as análises apresentadas no livro “Brasil nunca mais”:

O ato inesperado desencadeou enérgicas manifestações populares em todo o país, dirigidas contra símbolos da presença do capital norte-americano no Brasil. A indignação popular amedrontou a direita militar, que se viu obrigada a interromper sua conspiração e aguardar nova oportunidade.²²

Dez anos depois, no contexto do golpe de 1964, a dependência econômica brasileira ainda era significativa, “grandes companhias multinacionais e mesmo ‘nacionais’ dominavam a economia”, sendo que, “os interesses americanos formavam o maior grupo individual de investidores estrangeiros, com aproximadamente a terça parte do total do capital transnacional”²³. Ou seja, a dependência econômica brasileira ainda se apoiava principalmente em capital norte americano.

O modelo dependente favoreceu a formação de uma elite orgânica composta por indivíduos que ocupavam cargos de diretoria, gerência ou atuavam como técnicos nas indústrias – principalmente multinacionais – e pelo poder econômico que detinham, possuíam influência sobre o governo. “Eles se tornariam também a vanguarda da classe capitalista,

²⁰TORRES, Mateus Gamba. “A Justiça nem ao Diabo se há de negar”: A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). 2009.188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, p. 46.

²¹*Brasil nunca mais*, op. cit., p. 56.

²²*Ibidem*, p. 57.

²³DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 57.

sistematizando interesses particulares em termos gerais, isto é, tornando-os ‘nacionais’”²⁴.

Eram,

“elites” locais ligadas organicamente por laços sócio-culturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes da sua condição de acionista e atitudes econômico-políticas. Estabelecia-se como resultado uma liderança internacional de empresários e membros das diretorias das empresas, dependentes dos centros transnacionais e afastados, por tanto, dos presentes problemas sociais de seus países de origem e de suas soluções básicas. Como membros de uma burguesia internacional, eles se preocupavam com o crescimento, e não com a independência nacional.²⁵

Associados a essa elite, estavam os militares e alguns intelectuais. Esses grupos, contavam com veículos essenciais de disseminação ideológica, sendo eles a Escola Superior de Guerra²⁶ (ESG) e o complexo composto pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais²⁷ (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática²⁸ (IBAD).

A Escola Superior de Guerra, criada desde 1948, defendia idéias favoráveis à estabilização do Estado pelo autoritarismo, um dos pontos de sustentação de suas teorias encontrava-se na Doutrina de Segurança Nacional, que tinha suas bases na ameaça que a subversão comunista representava e, portanto, precisava ser contida. Além disso, defendia a abertura da economia aos capitais estrangeiros, pois era fortemente influenciada pelo pensamento norte-americano. O pensamento desenvolvido e disseminado pela ESG “excluía teoricamente e evitava qualquer mudança estrutural, permitindo, no entanto, uma modernização conservadora”²⁹.

A ESG possuiu um papel importante no golpe de 1964, pois “a partir de 1963, ESG transformou-se na célula pensante aglutinadora das forças que deram o golpe”³⁰, excluindo qualquer participação das camadas populares, a ESG representava uma ligação entre os militares brasileiros e a elite, simultaneamente ligando-os aos interesses norte-americanos:

²⁴DREIFUSS, op. cit., p.72.

²⁵Ibidem, p.72.

²⁶A Escola Superior de Guerra criada desde 1948 é um instituto de altos estudos de política, estratégia e defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa. A Escola Superior de Guerra possuía uma estreita relação com o governo norte americano, fazendo treinamentos nos EUA e recebendo apoio financeiro, nivelando sua forma de pensar com os interesses estadunidenses.

²⁷O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais fundado oficialmente em 1962 foi resultado da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e rapidamente ganhou a adesão de empresários de outros estados, representava um elemento aglutinador do pensamento anti Goulart, promoveu e financiou campanhas anti Goulart.

²⁸O Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi um instrumentos utilizado pelos EUA para promover a disseminação da cultura norte americana. Criado em 1959, recebia doações de empresários brasileiros e norte americanos. O objetivo era combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país.

²⁹Ibidem, p.80.

³⁰CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna. 1995, p. 45.

A ESG como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseado nas premissas do capitalismo, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas. Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais. (...) Compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários via a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial.³¹

Assim como a ESG e sua doutrina de segurança nacional, o complexo IPES-IBAD, teve grande importância no processo que desencadearia o golpe de 1964, visto que, foi forjado com o intuito de difundir material ideológico anticomunista e contrário as políticas trabalhistas, sendo conduzida pelas elites.

O IBAD se expunha nas campanhas de forma mais direta que o IPES, mas as duas instituições atuavam com interesses em comum. O IPES era composto por dirigentes de empresas e profissionais liberais com as mais distintas convicções, “o que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado”³², do mesmo modo, o IBAD era um grupo de ação expressando os interesses da elite.

Ambos funcionavam como um meio de organização da elite contra as políticas trabalhistas e sociais do governo João Goulart, infiltrando-se politicamente, fazendo propaganda e desmobilizando as camadas populares e a classe média. Assim,

A elite orgânica se empenhava na fusão dos militantes grupos antigovernistas que se encontravam dispersos. Ela instituiu organizações de cobertura para operações encobertas (penetração e contenção) dentro dos movimentos estudantis e operários e desencorajou a mobilização dos camponeses. Estabeleceu ainda uma bem organizada presença política no Congresso e coordenou esforços de todas as facções centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista. A elite orgânica também estabeleceu o que pode ser considerado como efetivo controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país. No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e as forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado maior para ação ideológica, política e militar.³³

A classe média não pertencia nem a elite e nem ao operariado, mas via no desenvolvimento do capitalismo brasileiro uma possibilidade de ascender economicamente e manter estável e seguro seu modo de vida. Eram “habitantes comuns de uma cidade da

³¹DREIFUSS, op. cit., p.80.

³²Ibidem, p.163.

³³Ibidem, p.164.

América Latina, porém não operários ou as elites, mas sim a classe média, a classe que os altos poderes do país costumam chamar de a opinião pública”³⁴. De certa forma, a opinião pública se moldava de acordo com o pensamento das elites disseminado efetivamente por seus veículos de propaganda, unindo-se a seus interesses. Desse modo, as elites insuflavam uma forte mobilização entre os membros da classe média em defesa do anticomunismo e seus próprios interesses.

Esse grupo de pessoas de poder aquisitivo razoável, mostrava-se importante para a manutenção da economia dependente, pois era responsável pelo consumo dos bens supérfluos produzidos na indústria, como afirma Dreifuss:

Contrariamente ao modelo de investimentos dos Estados Unidos em muitos outros países latino americanos, as ações americanas em companhias de utilidade pública e companhias de mineração no Brasil eram relativamente poucas em relação aos investimentos americanos na produção de maquinário, automotores e utilidades domésticas. [...] Esses investimentos eram feitos em sua maior parte em indústrias cuja produção ajustava-se a um mercado consumidor de classe média e não tanto para exportação.³⁵

Globalmente, o mundo ainda encontrava-se em meio a Guerra Fria, bipolarizado pelas forças capitalistas e socialistas, EUA e União Soviética respectivamente. O avanço da ideologia socialista e a Revolução Cubana, recente e vitoriosa, aumentavam o interesse e a presença norte-americana na América Latina.

Em 1964, no panorama em que aconteceu o golpe, encontrava-se no poder João Goulart com a proposta das “reformas de base”, que longe de representar um perigo à ordem vigente, propunham criar condições para a aceleração do estabelecimento do capitalismo no Brasil, com pequenas melhorias para a população mais pobre e sua maior participação em alguns setores da economia.

As reformas de base eram amplamente apoiadas por diversos movimentos sociais, mas principalmente pelos trabalhadores organizados nos sindicatos que passaram a se articular ainda mais consistentemente com a criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). “Esse CGT foi recebido pela direita afastada do governo como um espantalho que comprovava a iminência da revolução comunista no Brasil”.³⁶

Ações como, por exemplo, a reforma agrária, a nacionalização e desapropriação de alguns setores da indústria, como o caso das refinarias de petróleo, acabaram por amedrontar

³⁴TORRES, op. cit., p.40.

³⁵DREIFUSS, op. cit., p.57.

³⁶*Brasil nunca mais*, op. cit., p. 57.

ainda mais a elite e a classe média em seu conservadorismo. Esses grupos percebiam tais medidas como indicativos de um governo comunista. Além disso, em um país de herança rural, a redistribuição das terras independente de como acontecesse ameaçava o poder político de quem as possuía até então. Assim, esses grupos se colocavam contra o governo principalmente por medo de alterações na ordem estabelecida e perda de seus privilégios:

A burguesia financeira e industrial, por sua vez, aderiu a essa posição retrógrada por recear alterações no modelo de economia dependente brasileiro. [...] Ora, essa burguesia estava aliada aos interesses externos e satisfeita com seus privilégios.³⁷

Somando-se a isso, na Igreja Católica iniciavam-se também movimentos contrários ao governo e suas reformas. Em São Paulo, a materialização disso se deu com a tomada das ruas pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Era uma forma de expor que um grupo razoavelmente grande da sociedade era favorável a mudanças no governo, ou seja, “cerca de 500 mil pessoas desfilaram pelas ruas da cidade em 19 de março, em uma demonstração de que os partidários de um golpe poderiam contar com uma significativa base de apoio”³⁸.

Desse modo, pode-se entender que a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi uma resposta, uma forma dos agentes articuladores do golpe medirem forças com aqueles que representavam uma ameaça a hegemonia das elites e a vertiginosa escalada da classe média, foi uma forma de conter a ameaça comunista. A “faísca que incendiou o movimento conservador saiu do pronunciamento de João Goulart, durante o comício das reformas”³⁹, ou seja, o estopim para o desencadeamento da Marcha da Família com Deus pela Liberdade se originou do impacto causado pelas propostas de base anunciadas no pronunciamento de João Goulart de 13 de março de 1964 e na afronta que ele/elas representavam as elites.

Isso porque, para a Igreja Católica, o comunismo era colocado em uma balança de juízo de valores e avaliado como uma representação do mal, inclusive associado ao diabo, ao ateísmo e a destruição da instituição familiar patriarcal. Quando na realidade, representava uma ameaça ao poder da Igreja Católica apenas por se apresentar como um novo conjunto de regras morais, o que limitaria a atuação e, conseqüentemente, o poder da Igreja Católica na sociedade. Ou seja:

É publico e notório que a Igreja Católica é um dos grupos de poder que possuem,

³⁷CHIAVENATO, op. cit., p. 18.

³⁸FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 255.

³⁹TORRES, op. cit., p.41.

desde a época colonial, maior influencia na vida social e política brasileira. O comunismo seria um conjunto de idéias que poderia contrapor a todo o sistema de crenças que possuíam os católicos, constituía-se em um sistema de valores que fomentava uma nova moral a ser instituída na sociedade e não deixaria a religião encontrar espaço para se expandir.⁴⁰

Nesse contexto, os militares se viam e eram vistos pelos segmentos da sociedade civil que os apoiavam, como os únicos capazes de salvar a pátria da desordem comunista, vívida na gestão de João Goulart e nos movimentos sociais das camadas populares. Nesse sentindo, fazendo uso da ideologia da segurança nacional, desenvolvida e propagada pela ESG, implantando o terror com base na ameaça comunista, os militares apresentavam-se como os únicos portadores de integridade moral e capacidade de organização suficiente para salvar a pátria e o povo. Segundo Mateus Gamba Torres, “a consideração do militar como grupo mais preparado a assumir o comando de uma nação pode ser analisado como um dos aspectos fundamentais para a tomada do poder pelas armas em 1964”⁴¹.

Todos esses agentes atuaram na consolidação do golpe, o presidente Goulart não mediu bem as consequências de sua ação no comício de 13 de março, desagradando os interesses econômicos da elite e dos EUA. Também deixando descontentes os militares que temiam pela quebra de hierarquias dentro da sociedade, fato intensificando pela atuação do presidente durante a revolta de marinheiros. Onde marinheiros e fuzileiros navais se organizaram para protestar contra a prisão de companheiros por razões políticas. O movimento era considerado inadmissível e foi reprimido pelos militares, no entanto, o Presidente anistiou os rebeldes, “tal prática foi interpretada como um sinal de que o Presidente pretendia enfraquecer as Forças Armadas – um dos mais tradicionais argumentos anticomunistas era que a ação revolucionária pressupunha a destruição das instituições militares”⁴².

A ideologia anticomunista, que já englobava esses dois grupos mobilizou também a Igreja Católica, que por sua vez contribuiu para uma articulação maior da oposição. Além disso, “a elevada inflação da época e a instabilidade do quadro político favoreciam a pregação da direita junto às classes médias, em favor de mudanças profundas que trouxessem um governo forte”⁴³, um governo que defendesse seus interesses e lhes permitisse maiores condições de ascender social e economicamente.

⁴⁰Ibidem, p.44.

⁴¹TORRES, op. cit., p.27.

⁴²Ibidem, p.27.

⁴³*Brasil nunca mais*, op. cit., p. 58.

1.1. O PRÉ-GOLPE NA CAPITAL DO CARVÃO

A história do Golpe Militar em Criciúma se confunde com a história do carvão, pois a cidade possuiu por muito tempo uma forte relação e dependência econômica com o desenvolvimento da indústria carbonífera e seus trabalhadores e trabalhadoras. As duas atividades que deram base à economia da cidade até 1960 foram basicamente a agricultura e a mineração, apenas a partir de 1960 é que esse quadro começa a mudar. Segundo Terezinha Gascho Volpato,

A vida econômico-produtiva de Criciúma começou a se diversificar nos anos de 1960. Outros ramos industriais, inexpressivos até então passaram a ter significado econômico e social junto com as duas atividades tradicionais – a agricultura e a mineração. Começaram a se desenvolver as indústrias cerâmicas de pisos e azulejos, dos quais Criciúma é hoje o maior produtor da América Latina. Além deste, o ramo de calçados e de couro; mecânicos-metalúrgicos; de coque; de transporte; de alimentos; da construção civil; de serviços; de plásticos.⁴⁴

A indústria carbonífera sempre foi extremamente dependente das políticas públicas nacionais, configurando um sistema patrimonialista de dominação, o que atraía muitos mineradores para o meio político. Como afirma José Paulo Teixeira, indicando que “os donos da cidade” entre 1930 e 1980 eram os mineradores:

As carboníferas CBCA – Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá e Prospera (ex-CSN e atual “Nova Prospera”) são as que melhor expressam o modelo de dominação que predominou na cidade, durante décadas. Mesmo se tratando de empresas com regime jurídico diferentes (uma pública e outra privada), ambas se desenvolveram sob o sistema patrimonialista de dominação, isto é, pela forte presença do Estado e suas ligações com os interesses privados e políticos locais.⁴⁵

Em contrapartida ao engajamento político dos mineradores, durante algum tempo, perpassando o período do golpe militar, Criciúma também foi conhecida, segundo Ciro Pacheco, como a “Cuba Brasileira”. Isso porque equivalentemente ao engajamento político dos mineradores, os mineiros de Criciúma se articulavam política e socialmente dentro de seu sindicato, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, tornando-o um ícone de luta, resistência e militância.

Entre 1957 e 1964 o Sindicato dos Mineiros de Criciúma vivenciou uma fase de militância combativa, segundo Terezinha Gascho Volpato:

⁴⁴VOLPATO, Terezinha Gascho. *Vidas marcadas: Trabalhadores do carvão*. Tubarão, SC: Ed. UNISUL, 2001, p. 20.

⁴⁵TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade*. Florianópolis, SC: Ed. Insular, 1996, p. 112.

O período compreendido entre dezembro de 1957 à 31 de março de 1964 representou, na história do trabalhismo sindical dos mineiros de Criciúma, a fase de militância na defesa dos interesses imediatos da classe operária.⁴⁶

A fase de militância do Sindicato dos Mineiros de Criciúma não foi um fenômeno isolado, apesar de o sindicalismo brasileiro ter sido mantido fortemente sob a vigilância e tutela do Estado. De acordo com Volpato, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma seguia uma tendência nacional, pois “os sindicatos, em âmbito nacional, passaram a ser ocupados por líderes operários que contestavam a estrutura sindical garantida pela CLT”⁴⁷.

Em Criciúma, em simetria com o que acontecia nas demais localidades brasileiras, no período que antecedeu o golpe civil militar, a imprensa, que em geral era controlada por membros da elite, como por exemplo, o Jornal Tribuna Criciumense e a Rádio Eldorado, realizaram um importante papel na construção do imaginário coletivo, apontando para a existência do inimigo comunista. Nessa abordagem, entende-se que “o imaginário faz parte de um campo de representações e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade”⁴⁸. Desse modo, o imaginário não é o real de fato, nesse sentido, o imaginário é uma relação entre o exposto e as entrelinhas, ou entre o significante e o significado, um elemento que busca dar sentido ao real, como afirma Sandra Jatahy Pesavento:

No domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas tem um outro sentido, além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referencia a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente.⁴⁹

Assim, a imprensa cricumense teve um papel importante na construção de representações, além do real, ou seja, um imaginário que legitimasse a perseguição ao inimigo do Estado e da ordem, que se personificava na figura do comunista, contribuindo também para legitimar ações que se concretizariam posteriormente em prisões e torturas.

Para construção desse imaginário, algumas publicações ganharam destaque no Jornal Tribuna Criciumense, como por exemplo, o artigo datado de 26 de junho a 06 de Julho de

⁴⁶VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. UFSC, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984, p. 114.

⁴⁷VOLPATO, (1984) op. cit., p. 121.

⁴⁸PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História: Representações*, v. 15, n. 29, p.9-27,1995. p. 15.

⁴⁹Ibidem, p. 15.

1963, intitulado “O povo é contra a reforma”⁵⁰. O texto indicava que em sua totalidade, a população criciumense não aprovava as reformas de base do Presidente Goulart, cabendo nesse aspecto, questionar qual povo o Jornal Tribuna Criciumense representava, ou qual parte do povo havia sido consultada para que o Jornal afirmasse em seu título que o povo era contra as reformas de base.

Nesse artigo, o jornal se posicionava firmemente contra as reformas de base, dando a entender que toda a população criciumense compartilhava da mesma posição. Defendendo que as reformas de base eram uma prerrogativa do comunismo e que partindo delas o Brasil seguiria o exemplo de Cuba, tornando-se comunista. O texto dá a entender que o comunismo se efetiva à custa da violação de direitos constitucionais e naturais da população, deste modo, sendo algo negativo e anticristão, como podemos observar no seguinte parágrafo:

Ora, perguntamos ao Sr. Goulart: Com que direito, ou, baseado em que lei (divina ou humana) a terra deve pertencer a quem trabalha? Com essa lógica chegaríamos à conclusão de que as fabricas pertencem aos operários, as casas aos pedreiros e carpinteiros que as construíram ou a seus inquilinos, à maneira do que acontece em Cuba no regime Castrista, no primeiro momento da revolução. Dizemos num primeiro momento porque logo a seguir tudo passou para as mãos do Estado, como não poderia deixar de acontecer em um regime comunista. Onde iríamos com esse raciocínio?⁵¹

Sabendo o Jornal Tribuna Criciumense durante a década de 1960 passou a pertencer ao Sindicato dos Mineradores de Criciúma⁵², compostos pelos donos das mineradoras e consequentemente considerados por José Paulo Teixeira os donos da cidade nesse período, pode-se conjecturar que o Jornal Tribuna Criciumense pertencia a “elite orgânica” pensada por Dreifuss, onde por medo das transformações que o governo Goulart poderia representar, foi partidária do golpe de 1964. Nesse sentido, pode-se perceber o caráter tendencioso da notícia em oposição ao governo Goulart ao tentar caracterizá-lo como comunista.

Além disso, é notória a imagem que o jornal Tribuna Criciumense tenta transmitir dos mineradores, visto que a mineração era uma das principais atividades econômicas da região. É possível observar uma série de artigos jornalísticos no decorrer de 1962 e 1963 sobre aumentos salariais dados “espontaneamente” pelos mineradores ou a busca para oferecer aos mineiros melhores condições de trabalho e de vida, sem a necessidade de greve

⁵⁰O povo é contra a reforma. *Jornal Tribuna Criciumense*, 26 de junho a 06 de Julho de 1963. Disponível em: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁵¹O povo é contra a reforma. *Jornal Tribuna Criciumense*, 26 de junho a 06 de Julho de 1963. Disponível em: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁵²CAMPOS, Sebastião Netto. *Uma biografia com um pouco da história do carvão catarinense*. Santa Catarina: Insular, 2001, p. 114.

por parte dos trabalhadores. O artigo do dia 05 de fevereiro de 1962 chamava atenção já no título da notícia: “Vinte por cento: Aumento aos mineiros. Bonificação espontânea concedida aos mineiros com validade desde 1º de Dezembro de 1961”⁵³.

A súbita bondade noticiada dos donos das minas excluía outras formas de pressão dirigidas pelo Sindicato dos Trabalhadores do Carvão e pelos mineiros sobre os empresários. No entanto, esse não era um cenário real, pois apesar de não haver paralisações e greves, o sindicato se mantinha atuante, por exemplo, segundo Volpato:

Em 1962 não houve sequer uma paralisação. Contudo, havia muita negociação e tomadas de posição bem definidas da categoria. Houve realização de muitas assembléias gerais para tomadas de decisões. Havia, em media, uma assembléia por mês.⁵⁴

Buscava-se construir a imagem do comunista inescrupuloso, anticristão e antidemocrático – a exemplo dos acontecimentos em nível nacional – de modo que, já algum tempo antes de 1964, preparava-se terreno para um golpe militar. A tática usada, tanto em Criciúma como no resto do país foi o exercício de desmoralização do governo que tinha à frente da Presidência da República João Goulart, enquadrando-o nesses quesitos.

O temor representado por Goulart pode ser percebido na nota publicada em 8 de setembro de 1962, intitulado “As forças militares não permitem o golpe”⁵⁵. O texto aponta para o perigo eminente de um suposto golpe inconstitucional que estaria sendo articulado e que seria impedido pela intervenção das forças armadas, de modo que, os militares incorporaram o papel de salvadores da nação contra o perigo comunista. O texto é um aviso, de modo que não apresenta nenhum tipo de evidência concreta da existência de um golpe comunista ou de um golpe militar como alternativa e também não cita o nome de Goulart, deixando apenas subentendido.

Seguindo a mesma linha, em um artigo de 20 a 27 de julho de 1963, no qual o jornal *Tribuna Criciumense* expõe a entrevista do jornalista paulistano Jairo Pinto de Araujo – presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo – o título

⁵³VINTE por cento: Aumento aos mineiros. Bonificação espontânea concedida aos mineiros com validade desde 1º de Dezembro de 1961. *Jornal Tribuna Criciumense*, 26 de junho a 06 de Julho de 1963. Disponível em: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁵⁴VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. UFSC, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. p. 120.

⁵⁵AS forças militares não permitem o golpe. *Jornal Tribuna Criciumense*, 08 de setembro de 1962. Disponível em: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

também chama atenção: “Brasil democrático vencerá essa crise”⁵⁶. No decorrer da matéria, o jornalista afirma que:

Estes homens que aí estão, desgovernando o Brasil, passarão. Mas o Brasil é eterno e há de superar essas crises pré fabricadas com as quais eles procuram esconder a realidade e justificar soluções anti-democráticas e anti-cristãs que pretendem impor ao povo.⁵⁷

No texto acima citado, pode-se notar como o jornal percebia o governo do então presidente João Goulart, antidemocrático e anticristão, transparecendo a imagem de um governo prestes a dar um golpe antidemocrático, posteriormente “impedido” pela “revolução”. Ao publicar o artigo, exaltando o entrevistado, conclui-se que o jornal compartilhava de sua visão, nesse sentido, o artigo funciona como um aviso para que a população ficasse atenta as intenções do governo: antidemocrático, anticristão e comunista.

Alem disso, após o golpe militar, a imprensa de Criciúma na figura do jornal *Tribuna Criciumense*, inicia um período de apoio ao regime, apresentando uma série de matérias que apontam para os benefícios trazidos pelos militares. Títulos, como por exemplo, “A fortuna do presidente deposto”⁵⁸, “Governo foi moderado nas cassações”⁵⁹, “A Revolução tem compromisso com a grandeza da pátria”⁶⁰, “Bom para o Brasil, bom para Criciúma”⁶¹, “1964: já é página da história”⁶² ou “A Revolução e a paz social”⁶³.

Contando com essas reflexões, no próximo capítulo será desenvolvido um panorama, a partir de uma revisão bibliográfica, de aspectos da ditadura no Brasil após o golpe, pensando a partir da perspectiva dos movimentos sociais e da repressão. Além do cenário nacional, serão analisados ângulos das resistências em Criciúma no momento posterior ao golpe, tendo como principal fonte a memórias de dois militantes políticos.

⁵⁶BRASIL democrático vencerá essa crise. *Jornal Tribuna Criciumense*, 20 à 27 de julho de 1963. Disponível em: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁵⁷Ibidem.

⁵⁸A fortuna do presidente deposto. *Jornal Tribuna Criciumense*, 27 à 04 de julho de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁵⁹GOVERNO foi moderado nas cassações. *Jornal Tribuna Criciumense*, 27 à 04 de julho de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁶⁰A Revolução tem compromisso com a grandeza da pátria. *Jornal Tribuna Criciumense*, 06 à 13 de junho de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁶¹BOM para o Brasil, bom para Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, 09 à 16 de janeiro de 1965. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁶²1964: já é página da história. *Jornal Tribuna Criciumense*, 09 à 16 de janeiro de 1965. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

⁶³A Revolução e a paz social. *Jornal Tribuna Criciumense*, 21 à 26 de dezembro de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

2. AS RESISTÊNCIAS POSTERIORES AO GOLPE

O golpe aconteceu de fato em 31 de março de 1964, com o deslocamento de tropas militares de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. As resistências foram insuficientes para contê-lo e o presidente se manteve inerte, segundo algumas versões, por ter conhecimento da Operação Brother Sam, que consistia no apoio direto dos EUA por via marítima aos golpistas.

A legitimação do golpe se deu apenas em 9 de abril de 1964, com a implantação do Ato Institucional 1 (AI-1). O AI-1 reforçava o Poder Executivo, cargo ocupado pelo Marechal Humberto Castello Branco, dando início a cassação de inúmeros parlamentares democraticamente eleitos e a suspensão de seus direitos políticos por dez anos. Apesar de mais discreto que atos institucionais posteriores, o AI-1 “deixa clara a ideia de reconstrução nacional e de restauração da ordem. Tudo isso a ser feito pelos comandos militares”⁶⁴. Estavam inauguradas a ditadura militar e suas diversas formas de repressão.

Os Atos Institucionais serviram para legitimar uma ditadura que era inconstitucional. O AI-1, o primeiro de um total de dezessete, demonstrava que inicialmente a intenção dos militares, ou pelo menos uma parte deles, era tomar o poder, organizar a casa e sair de cena, como já havia acontecido em outros momentos da história, a exemplo da própria proclamação da República. No entanto, o prazo do primeiro Ato Institucional expirou e outros foram criados para substituí-lo e auxiliá-lo, demonstrando que a ideia inicial de devolver o poder a sociedade civil em um regime democrático estava longe de tornar-se realidade.

Além disso, o AI-1 deixava transparecer uma preocupação da ditadura existente em seus primeiros anos, demonstrando uma tentativa de parecer um regime constitucional, não uma ditadura a revelia da Constituição. A ditadura era em seus primeiros anos, uma ditadura mascarada. Havia em meio aos militares uma tensão entre a chamada “linha dura” e os “castelistas”, inicialmente os “castelistas” estiveram no controle do Estado, na figura de Castello Branco, mas era preciso controlar as tensões que ainda existiam e a sucessão de Castello Branco, em 1967, abriu as portas para a linha dura. No entanto, tanto nos anos mais brandos da ditadura, como na linha dura, a repressão era a principal ferramenta que o Estado utilizava para governar. Como analisa Elio Gaspari:

Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, “aberturas” e “endurecimentos”. De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De

⁶⁴TORRES, op. cit., p.39.

1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair. Em todas essas fases o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado. Como no primeiro dia da Criação, quando se tratava de separar a luz das trevas, podia-se aferir a profundidade da ditadura pela sistemática com que se torturavam seus dissidentes.⁶⁵

É importante lembrar que a ditadura “prende arbitrariamente e torturou desde o primeiro momento, e não somente depois de 1968”⁶⁶. No entanto, de todos os momentos decorridos da ditadura, o ano de 1968 representou um período de grande importância, especialmente por sua carga de violência.

Segundo Mateus Gamba Torres, “o movimento estudantil brasileiro no ano de 1968 associou-se a um combate mais organizado do regime, com protestos mais radicais”⁶⁷. Além do quadro geral, onde a arbitrariedade do regime intervinha desmedidamente nas universidades, com deposições e indicações nas reitorias, demissões e punições de professores e a proibição de discussões consideradas subversivas. Pode-se entender que, um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento dessa organização foi a morte do estudante Edson Luis decorrente de um enfrentamento entre a Polícia Militar e estudantes, em 28 de março de 1968.

Os policiais invadiram o restaurante alegando que se tratava de “um covil de agitadores e estudantes profissionais quando, na realidade, era apenas um refúgio de pessoas que não tinham onde comer”⁶⁸. Armados com pedras, os estudantes foram parados pelas balas da polícia. Edson Luis tornou-se um mártir porque concentrou a indignação da população, “ele haveria de se tornar encruzilhada de todas as raivas”⁶⁹, mais especificamente, levou as ruas as insatisfações guardadas desde 1964:

Havia quatro anos a política brasileira estava torta, deformada pela ditadura e pelas conseqüentes pressões que eram exercidas à direita e à esquerda pelas dissidências do regime e da oposição. A partir da morte de Edson Luis, a contrariedade foi para a rua.⁷⁰

A partir da morte do estudante Edson Luis sucederam-se agitações em todo o Rio de Janeiro, estendendo-se pelo restante do Brasil. O enterro do estudante mobilizou um grande

⁶⁵GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a. p. 129.

⁶⁶FICCO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 169.

⁶⁷TORRES, op. cit., p.93

⁶⁸GASPARI, (2002a) op. cit., p. 277.

⁶⁹Ibidem. p. 278.

⁷⁰Ibidem. p. 278.

numero de pessoas, sensibilizadas com o fato que trazia à luz as barbáries cometidas pela ditadura, como afirma Zuenir Ventura:

Em 68, a morte de alguém, mesmo a de um jovem desconhecido, podia levar o país a uma crise e o povo à indignação, como levou naquela sexta feira, 29, em que 50 mil pessoas acompanharam o corpo de Edson Luís Lima Souto ao Cemitério São João Batista.⁷¹

O governo respondeu violentamente às manifestações, a ponto de atacar na porta da Igreja Católica as pessoas que saíam da missa de sétimo dia de Edson Luís, causando ainda mais indignação, fazendo com que “aqueles que se haviam ofendido com o assassinato e se fizeram respeitar no enterro foram humilhados na saída da missa”⁷².

A repressão e a excessiva violência empreendidas contra todas as agitações e na missa de sétimo dia de Edson Luís, não foram suficientes para conter, naquele momento, o movimento estudantil. Ao contrário, serviram para dar mais visibilidade e apoio à esquerda pacífica. O ponto alto das manifestações foi a Passeata dos Cem Mil, que tomou significativamente as ruas do Rio de Janeiro, contando com apoio de alguns segmentos da Igreja Católica, políticos que outrora apoiaram a ditadura, artistas e não apenas estudantes pobres e desconhecidos, mas a classe média, como descreve Elio Gaspari:

Havia nela a ala dos artistas, o bloco dos padres (150), a linha dos deputados. Aía abençoada pelo cardeal do Rio de Janeiro, o arqui-conservador d. Jaime Câmara, que em abril de 1964 benzer a Marcha da Vitória. Muitas pessoas andavam de mãos dadas. Todo o Rio de Janeiro parecia estar na avenida. [...] Personagens saídos da crônica social misturavam-se com estudantes saídos do DOPS.⁷³

Havia um crescimento não apenas nas atividades do movimento estudantil, mas em diversos movimentos sociais:

No movimento operário a agitação começou com uma greve dos metalúrgicos em Osasco, em meados do ano de 1968, a primeira greve operária desde o início do regime militar. Tudo isso sinalizou aos “linha dura” que medidas mais enérgicas deveriam ser tomadas para controlar as manifestações de descontentamento de qualquer ordem.⁷⁴

Nesse contexto, a esquerda dividia-se: de um lado, estavam aqueles que “sob a influência do Partido Comunista e de uma liderança de intelectuais esquerdistas procurava-se

⁷¹ VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008. p. 93.

⁷² GASPARI, (2002a) op. cit., p. 283.

⁷³ Ibidem, p. 296.

⁷⁴ TORRES, op. cit., p.93.

manter a legalidade da mobilização”⁷⁵ e um outro lado, onde “no coração da esquerda, velhas dissidências e novas lideranças mostravam-se dispostas a brigar com a polícia”⁷⁶, partindo para a luta armada.

Além disso, para reprimir os movimentos sociais que começavam a se fazer perceber, o governo brasileiro instaurou o Ato Institucional número 5, que “impedia qualquer possibilidade de atuação dos movimentos sociais, só restava o enfrentamento armado”⁷⁷.

Com o AI-5, a ditadura se despiu de qualquer máscara de legalidade ou democracia e demonstrou suas reais intenções, novamente o ditador passou a ter poderes ilimitados, “restabeleciam-se as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos [...] um artigo permitia que se proibisse ao cidadão o exercício de sua profissão. Outro patrocinava o confisco de bens”⁷⁸. O regime passou a se apresentar não mais como temporário, o AI-5 “ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência”⁷⁹. Eram os Anos de Chumbo:

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo.⁸⁰

É importante ressaltar, que a opção pela luta armada é anterior a esse momento, já em 1962 encontrava-se nas discussões do Partido Comunista. Segundo Denise Rollemberg,

No Brasil em 1962, havia ocorrido uma cisão no PCB, resultando na formação do PC do B. Nas origens do conflito, o abandono do enfrentamento violento, as críticas ao stalinismo e a defesa da luta armada.⁸¹

Houve também, uma tentativa comandada por Leonel Brizola, que se encontrava exilado no Uruguai, de criar guerrilhas rurais para resistir ao Golpe. Contando com amplo apoio Cubano e das Ligas Camponesas que existiam no Brasil antes de 1964 e principalmente composto por ex-militares se consolidava o Movimento Nacionalista Rural, o MNR. Baseando na teoria do foco guerrilheiro, suas ações:

⁷⁵GASPARI, (2002a) op. cit., p. 282.

⁷⁶Ibidem, p. 283.

⁷⁷ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 48.

⁷⁸GASPARI, (2002a) op. cit., p. 340.

⁷⁹FAUSTO, op. cit. p. 265.

⁸⁰GASPARI, Elio. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b. p. 12.

⁸¹ROLLEMBERG, op. cit., p. 65.

ensaíaram a implantação de cinco focos, com destaque para o de Caparaó, no Espírito Santo. Isolados, a população local ganhou a presença inexplicável daqueles 14 homens na serra, denunciando-os para a polícia militar do estado. Em abril de 1967, sem que houvesse enfrentamento, a tentativa de foco tornou-se pública e seus integrantes foram presos. A partir daí, Brizola desmobilizou o que seriam os outros focos do MNR.⁸²

Um fator importante na dissidência da esquerda brasileira foi a grande divergência de idéias, existiam inúmeros grupos adeptos de diferentes correntes revolucionárias. Em 1968, o que houve foi um fortalecimento da opção pela luta armada. A luta armada deve ser compreendida além de uma forma de resistência ao golpe, pois a esquerda revolucionária brasileira, de modo geral, se constituiu dentro de uma conjuntura que colocava a democracia como um modelo burguês de governo, “as tradições e a cultura política não haviam sido gestadas segundo referências democráticas”⁸³.

A esquerda armada lutava pela derrubada de um sistema, fortemente influenciada por tradições marxistas, defendia a implantação do socialismo através da revolução e a derrubada da classe burguesa e seu modelo desigual e dependente. Nesse sentido, a democracia existente no Brasil não era vista como um modelo democrático de fato, mas sim voltada a um seletivo grupo, negligenciando a maioria. Portanto, “a democracia burguesa, liberal, era parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo seria o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado”⁸⁴.

Ou seja: “O sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; Era anterior a ela: tratava-se, antes de um projeto político de combate a ordem política e econômica vigente antes de 1964.”⁸⁵

Devido ao caminho tomado pela esquerda revolucionária com base no pensamento marxista, surgiu uma série de organizações que durante todo o período em que atuaram, o fizeram na clandestinidade. Apareceram no cenário nacional, grupos de resistência armada de ação principalmente na urbana, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Ação Popular (AP), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros.

Todos esses grupos praticavam ações apontadas pelo Estado como terrorismo, ao mesmo tempo em que o Estado praticava prisões não comunicadas, seqüestros, torturas,

⁸²ROLLEMBERG, op. cit., p. 60.

⁸³Ibidem, p. 47.

⁸⁴Ibidem, p. 48.

⁸⁵Ibidem, p. 54.

invasões, etc. No entanto, o terrorismo dos grupos revolucionários era encarado, em seu interior como uma forma de resistência e sobrevivência em meio à repressão, além de um instrumento para a derrubada do regime, “as ações nas cidades visavam à ‘desapropriação’, segundo o vocabulário e as concepções das organizações, de dinheiro e armas para preparar a guerrilha rural e como meio de ‘propaganda da luta’”⁸⁶. De modo que, devido ao Brasil ser um país de maioria agrária, para a grande parte desses grupos revolucionários, havia uma valorização da guerrilha rural e as ações urbanas eram apenas meios de viabilizá-las.

Além da prática de desapropriação, era comum o “justiçamento”, que consistia na execução de pessoas que representavam ou estavam ligadas ao Estado Militar e a repressão. Os seqüestros ganharam destaque por ser uma forma de negociar com a Ditadura, uma demonstração de poder, que servia principalmente para libertar presos políticos e tornar pública a existência da luta armada e dos presos políticos brasileiros. Pode-se dizer que os seqüestros eram uma forma simbólica de derrotar o regime, pois:

A ousadia destas ações invertia – ou aparentemente invertia – a correlação de forças entre repressão e guerrilha, criando a ilusão de que alguns guerrilheiros podiam “vencer” os que estavam no poder e as suas potências capitalistas, simbolizadas por seus diplomatas.⁸⁷

No entanto, o sucesso das ações armadas elevou o moral dos guerrilheiros e dos dirigentes da luta armada, dando-lhes a sensação de possuir mais poder do que realmente possuíam. Os grupos de guerrilha urbana ainda não estavam prontos para conduzir a situação que se seguiu a seus grandes feitos, pois com o crescimento das ações de luta armada também cresceu a repressão do Estado aos grupos que as empreenderam e a todos aqueles que poderiam estar envolvidos, de modo que, a esquerda armada acabou sofrendo com a perda de inúmeros militantes, diminuindo o seu contingente que mesmo anteriormente já não era extraordinariamente elevado. Desse modo,

As ações espetaculares davam à esquerda armada uma ilusão acerca das suas reais condições no enfrentamento. Ao êxito dos seqüestros, seguiu-se uma repressão brutal às organizações, desencadeando inúmeras prisões e morte de militantes.⁸⁸

Após o sucesso em uma série de ações, o elemento surpresa com o qual contavam as organizações de luta armada começou a desaparecer. Tornando-se conhecidos da repressão, os militantes da esquerda armada passaram a enfrentar as armadilhas que a repressão impunha,

⁸⁶Ibidem, p. 67.

⁸⁷Ibidem, p. 68.

⁸⁸Ibidem, p. 69.

tendo de prever e encarar a repressão que já esperava por suas ações. Uma das consequências imediatas foi a diminuição do número de militantes, que bem verdade nunca foi altamente significativo. O quadro começava a mudar para os grupos da esquerda armada, como afirma Elio Gaspari

Ao longo de 1969 as organizações esquerdistas brasileiras que se lançaram em atos terroristas foram submetidas ao primeiro grande teste que a existência lhes reservava. Na infância de sua formação, qualquer grupo revolucionário beneficia-se da falta de informações da polícia, da capacidade de surpreender seus alvos e do apoio de uma rede de militantes cuja fidelidade é proporcional à segurança que lhe faculta a mística de segredo da organização. É uma fase de esplendor, na qual o romantismo dos primeiros tiros se confunde com a sensação de onipotência oferecida pela perplexidade do inimigo. Parece ser a prova factual da clarividência da opção política. Na fase seguinte, quando o governo consegue prender combatentes, prevenir ações e intimidar o grande círculo da militância desarmada, dá-se um teste de maturidade para o grupo. Alguns não vivem além dele, como o Colina e o MR-8. Quase todos os outros, mesmo sobrevivendo, já não se organizam como a revolução precisa, mas como a repressão condiciona, produzindo uma rotina de gato-e-rato.⁸⁹

Ainda que a intensificação da repressão ter contribuído para o silenciamento da esquerda armada é importante acrescentar, que sua derrota não foi decorrente apenas desse fato, uma vez que, as vanguardas armadas forjaram-se isoladas, dissociadas das grandes massas e do apoio popular, ou seja, “a luta armada foi derrotada, uma vez que não houve uma relação de identidade entre o seu projeto e os movimentos sociais”⁹⁰.

Apesar disso, as ações de luta armada não cessaram ao final de 1968 com o AI-5, ao contrário, 1969 foi o ano de seus grandes feitos, como por exemplo, o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. As atuações da resistência armada somente diminuíram consideravelmente no final de 1973, com o fim da Guerrilha do Araguaia.

Em geral, o ano de 1968 deve ser compreendido em todo em seu visível significado, pela luta armada, que apesar de ser anterior, ganhou força por ser a única alternativa de resistência após o AI-5. O AI-5 que por sua vez, desmascarou a ditadura dita democrática, foi considerado necessário para conter os movimentos estudantis e seus mártires; os movimentos artísticos e suas produções que contagiavam os jovens; e todos os movimentos sociais que tomavam as ruas pelas mais variadas razões. A violência, as prisões, os seqüestros e as torturas não começaram após 1968, mas ali se institucionalizaram. O ano 1968 foi a resposta das resistências, violenta ou não, a violência de Estado existente no Brasil desde o início do

⁸⁹GASPARI, (2002b) op. cit., p. 57

⁹⁰ROLLEMBERG, op. cit., p. 52.

golpe.

2.1. AS RESISTÊNCIAS NA CIDADE DE CRICIÚMA

O golpe civil militar de 1964 repercutiu em todo o Brasil e na cidade de Criciúma não foi diferente. Houve aqui também resistência do movimento estudantil e sindical, de modo que até mesmo alguns reflexos da luta armada chegaram à cidade. Para o presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, Jorge Feliciano, “Criciúma foi a cidade que resistiu ao golpe até a última hora”⁹¹.

Com a deflagração do golpe civil militar, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) decretou greve geral em todo o país. O Sindicato dos Mineiros de Criciúma acatou as ordens da CGT, além disso, apesar da censura aos meios de comunicação, em Criciúma a Rádio Difusora continuava funcionando ativamente, servindo como um instrumento de resistência da classe operária. Segundo entrevista concedida pelo senhor Ciro Pacheco,

No golpe de 64, o Sindicato de Criciúma era um sindicato atuante. Isso conhecido a nível de Brasil. Inclusive, era considerado pelo militares, Criciúma era uma Cuba, era um regime de Fidel Castro, que não tinha nada disso, [sic]. Então deram o golpe e nós fizemos a greve geral... Quando se deu o golpe nós paramos. Enquanto o Sindicato tinha voz ainda, a Rádio Difusora tava no ar, nós paramos. Ficou tudo parado.⁹²

Ciro Pacheco afirma que, no momento em que foi deflagrado o golpe, a Rádio Difusora estava no ar convocando os trabalhadores para a greve geral. Como uma forma de prevenir repressão, ele e um companheiro, com o jipe do Sindicato foram em direção a Tubarão averiguar a proximidade em que os militares estavam. Ciro afirma ainda, que para os militares, os membros da direção do sindicato estavam aguardando armados pela chegada dos militares à cidade:

Difusora no ar. Convocando os trabalhadores [sic]. E aí a coisa fechou mesmo, eu não era muito de política, eu estava na base. Aí eu peguei, eu e um primo, “Vamos Jorge?”. Fomos a Jaguaruna ver se o Ernesto tava vindo, que era pra proteger os companheiros. Que a gente não sabia [sic]. Aí chegamos em Jaguaruna, eles estavam vindo, nós voltamos, o jipe quebrou na viagem, pegamos uma carona e viemos embora. E aí, tudo bem, entraram. Pra ele, nós estávamos todos armados dentro da chapa. Viemos embora, cada um pra sua casa e aí foi todo aquele barulho, da revolução, do golpe né.⁹³

⁹¹FELICIANO, Jorge João. Entrevista concedida à Janete Tichês. Em 20 de outubro de 1992, p. 2.

⁹²PACHECO, Ciro Manoel. Entrevista concedida à Marli de Oliveira Costa. Balneário Rincão, SC. Em 22 de setembro de 2012, p. 11.

⁹³Ibidem, p. 11.

De acordo com a entrevista do sindicalista Jorge Feliciano, concedida a Terezinha Gascho Volpato, além do Sindicato, os mineiros que ouviram pela Rádio também aderiram a greve. Segundo narra Jorge Feliciano:

O Sindicato dos Mineiros de Criciúma acatou a palavra de ordem da CGT. Pela manhã do dia 1º de abril, quando o sindicato foi as empresas mineiras, a fim de fazer parar o trabalho, algumas delas cujo os operários ouviram pela rádio a palavra de ordem da CGT, já estavam paradas.⁹⁴

Nota-se em todos os depoimentos, o valor dado à “rádio”, sendo esta a Rádio Difusora. Em entrevista, Ciro Pacheco afirma que “a Rádio Difusora era uma rádio considerada a rádio dos trabalhadores. A Rádio Eldorado era considerada a rádio dos patrões, que de fato era”⁹⁵. Segundo Rodrigo Garcia da Rosa, a Rádio Difusora foi criada como um veículo de comunicação voltado ao operariado, uma alternativa a Radio Eldorado, que representava os interesses elitistas dos mineradores da região e transmitia isso em sua programação. Para Rosa,

Na década de 1960, o município passou a possuir uma outra rádio que servia como um elo de ligação entre os trabalhadores e a defesa de seus interesses. A rádio em questão era Rádio Difusora de Criciúma, que pertencia ao Deputado Federal Doutel de Andrade do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).⁹⁶

Durante o golpe, a Rádio Difusora não só estava no ar, mas serviu como um mecanismo de resistência. No caso do movimento estudantil em Criciúma, segundo Ana Maria Bristot em entrevista concedida à Marli Paulina Vitali, na chegada da “Revolução” à Criciúma, um grupo de estudantes preparou uma recepção memorável aos militares, que chegavam de trem e eram recebidos com uma chuva de ovos lançados de cima do prédio da Rádio Difusora. De acordo com os relatos de Ana Maria Bristot:

Quando os militares entraram em Criciúma, eu fiquei em cima do prédio da Rádio Difusora, que estava instalada ao lado da Igreja Matriz de São José. Ali tem até hoje a Galeria Benjamin Bristot. No primeiro andar funcionava a Rádio Difusora. Quando eclodiu a revolução, que veio de Florianópolis, depois Tubarão, depois Criciúma, eu via os “milicos” saltando dos trens. Nós fizemos uma espécie de

⁹⁴FELICIANO apud VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. UFSC, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984, p. 120.

⁹⁵PACHECO, op. cit., p. 22.

⁹⁶ROSA, Rodrigo Garcia da. *A mais popular: história da Rádio Difusora de Criciúma 1962-1977*. 50f. Monografia (Pós-Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, p. 16.

barricada lá na Rádio Difusora. Cada um levou um monte de ovos e jogávamos nos “milicos”.⁹⁷

Enquanto a Rádio Difusora se posicionava em favor dos operários, havia a Rádio Eldorado em defesa dos interesses patronais. As duas Rádios disputavam além da audiência, espaços políticos. A Rádio Eldorado pertencia ao minerador udenista Diomício Freitas⁹⁸, segundo Rodrigo Garcia da Rasa, “este veículo de comunicação se apresentou para a cidade de Criciúma como uma emissora elitista, atrelada aos interesses dos mineradores”⁹⁹.

Em entrevista, ao narrar a greve geral que se seguiu ao golpe, Jorge Feliciano afirma que quando chegou a notícia do golpe, aglomeraram-se no centro da cidade somente entre mineiros ativos e aposentados cerca de seis mil pessoas. Contando com o apoio da Rádio Difusora, o Sindicato seguia articulando a greve. Um dos objetivos da greve era resistir ao golpe na cidade, mantendo os movimentos sociais vivos e os militares afastados, para aguardar o apoio de Leonel Brizola e dos exércitos vindos de Porto Alegre. De acordo com Jorge Feliciano, a greve foi comandada da Rádio Difusora que havia sido tomada por trabalhadores.

Tomamos conta da Rádio e ficamos comandando a greve da Rádio. A polícia pedia pra nós não deixar fazer desordem. [...] A cidade estava sob nosso controle. A polícia achava que nós tínhamos armas, mas nós não tínhamos. É que na assembleia eu havia dito que nós tínhamos armas. E aí foi um deus nos acuda porque todo mundo queria arma. Eu dizia que não estava na hora. Foi uma obra pra segurar o pessoal. Eu disse que tínhamos armas porque se a polícia descobrisse que nós não tínhamos – e dentro da assembleia sempre tinha um policial infiltrado – ela invadia o sindicato. Dez policiais nos colocariam à correr. Tive que blefar, fui obrigado. Para manter o movimento de pé. Nossa esperança era que o exercito de Porto Alegre chegasse, repetindo o episódio de 1961. Por isso aguardávamos, por isso resistimos, os trabalhadores ficavam no sindicato, em frente a Rádio Difusora, na praça.¹⁰⁰

Nem a polícia nem o Exército invadiram a cidade e acabaram com a manifestação, pois acreditavam que era uma manifestação armada e que os militantes políticos possuíam ligações com o presidente João Goulart. Isso configura mais um elemento que aponta para o quanto a cidade de Criciúma era reconhecida no que diz respeito a resistência, indicando que as pessoas envolvidas no movimento se disponham a resistir até as últimas consequências,

⁹⁷BRISTOT Apud VITALI, Marli Paulina. *União dos estudantes secundários de criciúma (UESC): entre o conservadorismo e a resistência*. 154f. Dissertação (Mestrado em educação – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, p. 122.

⁹⁸Diomicio de Freitas foi um importante político da direita criciumense filiado a Aliança Liberal, foi um dos membros fundadores da UDN em Criciúma e durante o regime militar atuou pela ARENA, um grande empresário e dono de um significativo número de minas de carvão na região sul catarinense.

⁹⁹ROSA, op. cit., p. 16.

¹⁰⁰FELICIANO, op. cit., p. 4.

enfrentando o regime e seu exército.

Jorge Feliciano afirma que Criciúma esperava que o exército de Porto Alegre repetisse o feito da campanha da legalidade que havia acontecido anos antes, logo após a renúncia de Jânio Quadros, quando os exércitos de Porto Alegre fizeram trincheira entre Criciúma e Içara. Segundo Jorge Feliciano:

O exército de Tubarão se deslocou até Jaguaruna. De lá, eles mandavam emissários, pedindo que fechássemos a Rádio. Nós devolvíamos pedindo que eles viessem fechar. Eles não vinham porque achavam que nós estávamos armados. A greve, só de mineiro, que com aposentado juntava perto de seis mil pessoas na Praça. Ficamos nessa até dia 02 de abril. Mandamos gente pra Porto Alegre pra ver se o Exército viria. Estávamos acabados, entre o exército de Jaguaruna e a polícia daqui. O exército de Porto Alegre não veio para nortear a caminhada.¹⁰¹

Com o fim da greve geral, as lideranças sindicais foram presas. Segundo os relatos de ambos os entrevistados, Jorge Feliciano e Ciro Pacheco, a extrema direita em Criciúma era muito concisa, de modo que havia uma série de pessoas prontas a denunciar aqueles que poderiam ter envolvimento com qualquer tipo de resistência, o que facilitou a prisão dos líderes do movimento. Segundo Jorge Feliciano:

Eles nos pegaram porque não faltou quem nos denunciasse. O padre Stanislaw Cizeski comandava, era o centro de informações. Ele que dedava. Foram pegando pelas dicas que ele dava. Os políticos e os vereadores do PSD e mais da UDN, que apoiavam o golpe, também foram dedando um e outro.¹⁰²

Após a prisão, primeiro os presos políticos foram reunidos no Colégio Estadual Professor Lapagesse, em seguida levados ao Plano do Carvão, no prédio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), uma repartição do governo requisitada pelos militares. Lá eram interrogados sobre seu envolvimento com as resistências, o PCB, os sindicatos, inclusive era especulado sobre o apoio do ex presidente João Goulart com as manifestações que aqui aconteciam. De acordo com Jorge Feliciano, os presos políticos foram interrogados sobre assuntos bem específicos: “queriam saber se éramos comunistas. Porquê tínhamos feito a greve. Porquê tínhamos o apoio do Jango, em 1964. Porquê não tínhamos participado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹⁰³.

Em sua entrevista, Ciro Pacheco narra que, após o golpe, a greve geral e a posterior prisão das lideranças sindicais, houve um episódio em que muitas pessoas, que trabalhavam nas mais diversas funções, foram convocadas a se apresentar no Estádio Heriberto Hülse para

¹⁰¹FELICIANO, op. cit., p. 3.

¹⁰²FELICIANO, op. cit., p. 4.

¹⁰³Ibidem, p. 4.

prestar esclarecimentos à ditadura. Segundo Ciro Pacheco, Diomício Freitas, apontava os nomes que deveriam ser chamados, mais uma vez apontando para a organização da direita criciumense e deixando evidente a importância e o poder que detinham os mineradores enquanto elite local. Segundo ele: “O Diomício tava bem organizado. O Diomício Freitas dizia quem era as pessoas que eram pra ser presas. Era o Diomício, o padre Estanislau, o Sebastião Neto Campos. Mas o comando tava na mão do Diomício”¹⁰⁴.

De acordo com Ciro Pacheco, todos os nomes eram anunciados na Rádio Eldorado, desse modo, mesmo quem não ouvisse a convocação provavelmente seria avisado por alguém que tinha ouvido, essa estratégia servia também para dividir a população, pois reforçava a ideia de insegurança e medo que fazia com que as pessoas evitassem militantes políticos como Ciro Pacheco e Jorge Feliciano:

E não lembro quantos dias depois nós fomos convocados no campo do Criciúma, na época Comerciário Esporte Clube. Nos convocaram pro campo do Criciúma e por nome, comunicado pela Rádio, pela Rádio Eldorado. Grupo Freitas. E como naquele tempo a cidade era menor, uma convocação... Todo mundo conhecia todo mundo. Uma convocação, um passava pro outro.¹⁰⁵

Ciro afirma que as convocações buscavam levantar informações sobre atividades ilícitas e se o Sindicato dos Mineiros de Criciúma estava ligado ao Grupo dos 11. De acordo com Ciro Pacheco, devido à prisão dos líderes sindicais em resposta a greve geral, aqueles que foram chamados a comparecer ao Estádio Heriberto Hülse se apresentaram, pois não vislumbravam outras possibilidades, sentindo-se encurralados:

Aí, fomos... É que na verdade, chamaram todo esse pessoal pra fazer uma lavagem, eles não queriam prender ninguém, porque era muita gente. E era operário muito baixo... E a cidade estava dominada. Então era o grupo de Onze, formado pelo Brizola. O que o Brizola pretendia, o Brizola pretendia criar uma milícia, pra resistir o golpe, o Brizola sabia do golpe que tava na estrada. Em função da legalidade. O Brizola tinha toda a consciência. Ele sabia. Vê que, nós do Sindicato, nós tínhamos os cartazes dos generais... Aí, baseado nas prisões das lideranças, o exército convocou através da Rádio o pessoal todo a ir, porque eles estavam com os tanques na rua. Então o pessoal achou por bem ir lá ver o que eles queriam. Até porque, os presos na época, não houve tortura. Porque o grande medo que a gente tinha, quando eles dominaram a situação toda, é que houvesse um radicalismo de direita.¹⁰⁶

Segundo Jorge Feliciano, o grupo dos 11 surgiu após a posse de João Goulart, para esclarecimento político, articulado por Leonel Brizola, provavelmente com o intuito de torná-lo um grupo paramilitar para evitar que o episódio de 1961 se repetisse, com a renúncia de

¹⁰⁴ PACHECO, op. cit., p. 15.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 11.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 12.

Jânio Quadros e Jango impedido de assumir a presidência. No entanto, no golpe de 1964, os grupos ainda não estavam prontos para oferecer resistência. De acordo com Jorge Feliciano, o grupo dos 11 era composto por uma liderança de cada bairro que era responsável de organizar um grupo que funcionava como núcleo de estudos e discussões políticas, as fichas com nomes das lideranças eram reunidas no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Com a intervenção do Sindicato, na segunda semana do golpe, essas fichas ficaram a disposição da ditadura, desencadeando a reunião no campo do Criciúma:

Esses grupos eram 11 pra ser instruídos, esclarecidos, discutir política. Em termos de classe trabalhadora, era um grupo mais elitizado. Era pego as lideranças de cada bairro e faziam aquele grupo. Eu era um dos cabeças. Eram vários grupos. Nós fazíamos as fichas com o líder e o tesoureiro. Ao todo eram 11. Essas fichas estavam no sindicato. O pacote dava uma altura de meio metro. Eles pegaram aquelas fichas. Por eles, eles convocaram o pessoal todo dos grupos de onze. Era mais ou menos 1500 pessoas. Essas pessoas foram convocadas e ficaram presas no campo do Comercário Esporte Clube.¹⁰⁷

De acordo com Ciro Pacheco, no Estádio Heriberto Hülse não houve violência e não se pretendia efetuar prisões, especialmente devido ao grande contingente de pessoas reunidas. Em contrapartida, segundo Jorge Feliciano, no DNPM os presos eram constantemente submetidos à tortura psicológica, havendo violência apenas contra Nascimento de Brobio, que era de conhecimento público na época, havia fugido com Aldo Dietrich, advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, muito procurado na época.

Os presos políticos ficaram detidos no DNPM cerca de 120 dias, segundo Jorge Feliciano, nesse período os presos foram conduzidos à Curitiba, mas ele ficou em Criciúma e foi solto na cidade, enquanto aqueles que haviam sido transferidos foram soltos em Curitiba. Após a soltura, os presos políticos ficaram respondendo a um inquérito em liberdade:

A Consituição dizia que ninguém podia ficar preso mais de 80 dias sem culpa formada. Veio uma ordem do Castelo Branco, Presidente, que nos soltassem. Ficamos respondendo o inquérito em liberdade. O processo foi para a 5ª Região Militar em Curitiba, onde íamos periodicamente prestar depoimentos e fomos julgados. Fomos soltos. Alguns voltaram ao trabalho. Outros, as empresas aproveitaram o embalo para demitir. Eu fui um deles.¹⁰⁸

A partir de sua libertação, assim como para com todos aqueles que eram vistos como comunistas e subversivos, a vida ficou difícil em Criciúma, não conseguiam emprego e eram apontados na rua. A vida em Criciúma ficou muito complicada, mesmo para aqueles que

¹⁰⁷FELICIANO, op. cit., p.5.

¹⁰⁸Ibidem, p.5.

possuíam família, como era o caso de Jorge Feliciano, e de Ciro Pacheco, que em virtude das perseguições políticas chegou a ir morar em Chapecó.

As agitações não pararam em Criciúma e não se desvincularam do âmbito nacional, mas continuaram acontecendo apesar da repressão. Um exemplo disso encontra-se nas experiências de Jorge Feliciano, que mesmo após sua soltura, continuou aprisionado ao estigma de ex-presos político e inimigo do regime, não conseguia emprego e era apontado nas ruas. Depois de várias tentativas frustradas de arrumar emprego como mineiro, que era a sua profissão, Jorge apelou ao delegado que lhe concedesse um atestado de antecedentes criminais limpo, pois na condição ex-presos ninguém havia lhe empregado.

Mesmo com documento que o atestava sem antecedentes criminais, Jorge era conhecido dos mineradores, visto como sindicalista comunista e agitador, de modo que não conseguiu emprego em nenhuma companhia mineradora. Em meio a essa conjuntura, Jorge Feliciano começou a trabalhar como lenhador em Timbé do Sul. Segundo David Coimbra:

Pela lógica, deveria estar isolado, vivendo uma espécie de auto exílio em Timbé. Que nada. Jorge vivia recebendo visitas de agentes do Serviço Nacional de Informações, desconfiados de que estivesse preparando a guerrilha na serra. Os agentes vinham várias vezes por ano, faziam perguntas sobre ele na cidade, depois iam visitá-lo. Perguntavam de tudo. Queriam saber até que barbearia freqüentava.¹⁰⁹

Nesse período, as esquerdas armadas se destacavam em cenário nacional, por suas expropriações e sequestros, seguiam em suas diversas correntes, em geral tendo como finalidade a organização das guerrilhas rurais. Em meio a esse contexto, segundo a narrativa de David Coimbra, Jorge Feliciano foi convidado a participar da Guerrilha no Araguaia pela AP:

Foi nessa época que os emissários da AP o procuraram, convidando-o para a Guerrilha no Araguaia. Inicialmente, a AP era uma organização era uma organização chamada massista, isto é, não armada. Era um movimento católico de esquerda que existia independente do PCB. Com o recrudescimento da ditadura, a AP se radicalizou, caiu na clandestinidade e na lista de organizações terroristas procuradas pelo governo. Agora, os líderes da organização queriam levar Jorge para a guerrilha.¹¹⁰

No entanto, Jorge Feliciano recusou-se a ir pois não podia abandonar sua família e a AP fazia promessas quanto à segurança de sua mulher e filhos. Ainda assim, o interesse em Jorge Feliciano reflete as proporções em que era vista a militância em Criciúma.

¹⁰⁹Ibidem, p. 77.

¹¹⁰Ibidem, p. 77.

Além dessas experiências, as resistências vão atuar em Criciúma durante todo o período ditatorial, em diferentes níveis de relevância. No próximo capítulo, será analisado um dos períodos mais duros da repressão em Santa Catarina, conhecido como Operação Barriga Verde, dirigida contra os membros do PCB. Buscar-se-á compreender a atuação do PCB dentro do MDB, oposição concedida e legalizada pelo regime e a repressão a essa nova forma de atuação dos comunistas catarinenses.

3. A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE

Em análises gerais, desde o início do processo no qual foi articulado, até a execução dos projetos golpistas ao longo do período ditatorial, foi desencadeada uma luta entre os defensores da pátria, da liberdade e do cristianismo, contra o inimigo comunista e totalitário construído pela ideologia de segurança nacional e disseminando pelas mídias de comunicação. Essa batalha se deu em âmbito nacional, englobando Santa Catarina, atingindo também a cidade de Criciúma.

Após o processo de fechamento da ditadura civil militar através do AI- 5, o governo militar passou a acreditar que havia liquidado o comunismo, através da repressão e da censura, com as sucessivas vitórias do Estado sobre a esquerda armada e a falsa noção de desenvolvimento e estabilidade propiciados pelo milagre econômico, garantido à custa do arrocho salarial e da exploração dos trabalhadores.

No entanto, alguns acontecimentos no cenário nacional motivaram os partidários de oposição ao regime militar, principalmente aqueles que se encontravam organizados dentro do PCB, que mesmo na clandestinidade havia encontrado no MDB um caminho para uma atuação legalizada dos militantes comunistas, segundo Celso Martins:

Quase todos os comunistas estavam atuando na legalidade de fato, através do MDB, do Iepes (órgão de estudos do MDB) e da Juventude do MDB, além de um reinício de reorganização do PCB na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Partido que havia se preparado para o trabalho legal e de massas com uma plataforma básica de restabelecimento das liberdades democráticas, atuando sempre que possível na legalidade, não estava disposto à clandestinidade ou exílio.¹¹¹

Um desses elementos foi a morte, em São Paulo, do jornalista da TV Cultura e professor da USP, Vladimir Herzog. Herzog foi intimado e apresentou-se voluntariamente ao DOI-CODI para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com o PCB e no dia 25 de outubro de 1975 foi noticiado em todo o Brasil o seu suicídio nos porões do Exército de São Paulo. Dias depois a teoria de suicídio foi refutada, pautando-se nos depoimentos de outros dois jornalistas presos simultaneamente a Herzog e nas contradições encontradas nos relatórios dos médicos legistas.

O episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog agitou a opinião pública, “Vladimir Herzog transformou-se num símbolo e numa ameaça. Parte da sociedade civil

¹¹¹MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2006. p. 42.

começou a entender que era indispensável reagir imediatamente”¹¹².

A morte de Herzog mobilizou, assim como no caso Edson Luiz, cerca de oito mil pessoas na missa de sétimo dia na catedral da Sé, tornando-se um símbolo da violência do regime militar. A morte de Herzog estimulou a luta contra a ditadura, pois apesar da teoria divulgada na mídia controlada pela censura, a refutação dos fatos veio a tona, atingindo a opinião pública em geral e chegando até Santa Catarina, especialmente na figura dos militantes comunistas. Segundo Celso Martins:

O animo que levou as oito mil pessoas à catedral da Sé se espalhou pelo país atingindo os comunistas catarinenses. Mais do que temer algo como a Operação Barriga Verde, estavam estimulados pelo que consideravam uma vitória na luta contra a ditadura. Pela primeira vez o regime teve que se explicar pela morte de uma pessoa, no caso militante de base do PCB.¹¹³

Compondo esse panorama, os resultados das eleições de 1974 indicavam que as resistências estavam distantes de serem silenciadas, demonstrando que o dito inimigo comunista ainda não havia sido derrotado e novamente ganhava forças.

Os resultados das eleições de 1974 em Santa Catarina representaram uma vitória para o MDB, segundo Mateus Torres “os comunistas foram tomados pelo Regime Militar como um dos setores responsáveis pela derrota governamental nas eleições de 1974”.¹¹⁴ Segundo Celso Martins, após o AI-2, que extinguiu os partidos políticos, os militantes do PCB foram estimulados a ingressar no MDB:

Os comunistas ingressaram no MDB principalmente em Florianópolis, Criciúma, Joinville e Itajaí, a partir de 15 de março de 1966, quase sempre informalmente. Os militantes vão simplesmente se filiando, sempre que possível ocupando postos nos subdiretórios municipais, participando das eleições e apoiando candidatos, influenciando, estimulando o debate e a mobilização.¹¹⁵

Em Criciúma, a militância e a vida ficaram difíceis para aqueles que eram marcados pela ditadura, dentre outras coisas, ou por seus posicionamentos políticos que antecederam ao golpe, ou por sua resistência em aderir aos movimentos da mesma, como por exemplo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O MDB foi fundado em 1966 por essas pessoas, especialmente lideranças sindicais Jorge Feliciano e Ciro Pacheco. As dificuldades encontradas para a fundação do MDB eram muitas, pois as pessoas não queriam participar

¹¹²MARKUM Apud. MARTINS, op. cit., p. 44.

¹¹³Ibidem, p. 45.

¹¹⁴TORRES, op. cit., p. 14.

¹¹⁵MARTINS, op. cit., p.123.

desse processo e serem marcadas posteriormente, havia medo e desconfiança por parte da população criciumense:

Fundamos o MDB em 1966. Foi muito difícil fundar o MDB porque as pessoas tinham medo de assinar a ficha do partido. Nós ainda respondíamos inquéritos e eram vistos como leprosos. A gente chegava em um lugar e as pessoas saíam, de medo de ser vigiada, de ser contaminada.

Após o golpe, Criciúma foi ficando sem candidatos que representassem os interesses da classe operária e o espaço de atuação política foi reduzido com o aniquilamento dos partidos políticos. Em meio a isso, a mobilização popular de certa forma se esvaiu devido ao medo das pessoas em se misturarem ou serem confundidas com comunistas e agitadores. Os envolvidos com o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, tentando transformar essa realidade, segundo Ciro Pacheco fundaram o MDB em Criciúma:

Eu me lembro que nós chegamos um momento em Criciúma que não tinha candidato. Não tinha candidato. Ninguém queria. Quando... Quando nós começamos a organizar o MDB, ninguém diz isso... Quem primeiro assinou o livro do MDB foi eu. Porque ninguém queria pegar o livro. Assinou eu, assinou o Valter, assinou o Bressiane também... E ninguém queria. Ai conseguimos a assinatura do Realdo.

De modo geral, um dos motivos para que a imagem do PCB fosse associada ao MDB, foi a descoberta de duas gráficas clandestinas, em janeiro de 1975, no subúrbio carioca e paulista, onde era impresso o jornal oficial do PCB, o “Voz Operária”. Também foi encontrada uma parcela de material de campanha do MDB, material utilizado na campanha vitoriosa nas eleições de 1974. De acordo com as análises de Mateus Torres:

Isso reforçava ainda mais os setores do regime que alardeavam que o MDB estaria servindo como uma anteparo do PCB, o que servia como argumento importante para, pelo menos, duas estratégias manter intacto e atuante o aparelho repressivo e assustar os segmentos sociais que apoiavam a ditadura com a perspectiva de que os comunistas continuavam a atuar ainda mais perigosamente que antes, agora através do MDB. O partido, apoiando a oposição, conseguiria fazer com que parcelas importantes da sociedade votassem contra o governo.¹¹⁶

Em números, é possível expressar a seguinte análise com relação aos resultados do pleito de 1974 em Santa Catarina e Criciúma: para a única vaga disponível para o senado naquele ano, o candidato eleito foi Evelásio Vieira do MDB, com 535.850 votos, contra 473.473 votos do candidato da ARENA Ivo Silveira e 267.024 abstenções e votos nulos ou

¹¹⁶TORRES, op. cit., p. 15.

branco, em um eleitorado de 1.332.895 votantes.¹¹⁷ Em Criciúma, os resultados não foram diferentes, em um total de 33.525 votantes e 3.380 abstenções e votos em branco, o candidato do MDB somou 18.355 votos, 6.565 votos a mais que o candidato da ARENA.¹¹⁸

Uma diferença significativa e que mostrava a insatisfação do eleitorado criciumense, juntamente com o restante do estado de Santa Catarina, com a ARENA, partido que representava os interesses do regime vigente. A diferença torna-se ainda mais significativa quando esses números são analisados em relação aos números das duas eleições realizadas desde o início do período ditatorial (em 1966 e 1970), em 1974 desde o início do regime foi a primeira vez que um candidato do MDB se elegeu, sendo que nas eleições anteriores as somas de votos dos candidatos do MDB eram inferiores aos votos brancos e nulos e os votos nos candidatos da ARENA representavam em números uma maioria esmagadora.¹¹⁹

Ainda na eleição de 1974 para a Câmara dos Deputados, o MDB elegeu sete deputados, contra nove deputados da ARENA, no entanto, apesar de eleger um número menor, a diferença no total de votos entre os dois partidos foi mínima, o MDB recebeu 437.837 votos contra 512.113 da ARENA. Novamente os números representaram uma vitória para o MDB, que nas eleições de 1966 elegeu somente três deputados contra 11 da ARENA, somando apenas um quarto dos votos da ARENA. Um quadro semelhante a 1970, onde o MDB somou aproximadamente dois quintos dos votos recebidos e elegeu cinco deputados a menos que a ARENA.¹²⁰

Em Criciúma, na eleição de 1974, os 16 candidatos a Câmara Federal pela ARENA somaram 14.008 votos, contra 15.309 votos dos 11 candidatos do MDB, uma derrota por 1.301 votos. Dos votos do MDB em Criciúma, Walmor Paulo De Luca recebeu 14.237, um número superior a todos os votos somados pela ARENA.¹²¹

Nas eleições de 1974 para a Assembléia Legislativa foram 18 candidatos eleitos pelo MDB, em contrapartida aos 22 candidatos eleitos pela ARENA. Apesar da disparidade de eleitos entre os dois partidos, a diferença na soma total de votos foi muito próxima, 532.357 somados pelos candidatos da ARENA e 439.096 pelos candidatos do MDB. Contudo a ARENA possuía 18 candidatos a mais (64 contra 46), fato que ajuda a compreender a

¹¹⁷BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Resenha eleitoral: Nova Série Eleições Catarinenses 1945 – 1998*. 2001.

¹¹⁸BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Mapa de apuração eleição em Criciúma Senado – 1974*. Ver em anexo.

¹¹⁹BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Resenha eleitoral: Nova Série Eleições Catarinenses 1945 – 1998*. op. cit.

¹²⁰Ibidem.

¹²¹BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Mapa de apuração eleição em Criciúma Câmara Federal – 1974*. Ver em anexo.

superioridade na diferença de votos gerais (uma diferença de 93.261). Além disso, o MDB recebeu a preferência dos votantes por legenda, 14.770 votos, contra 11.015 da ARENA.¹²²

Mais uma vez em Criciúma o MDB saiu vitorioso, recebendo 15.751 votos, enquanto a ARENA ficou na casa dos 14.249. O MDB recebeu também a preferência de votos por legenda, 402 votos, o equivalente ao dobro dos votos recebidos pela ARENA.¹²³

Esses elementos fortaleceram a oposição catarinense e, de um modo geral, a de todo o Brasil. Considerando-se que a vitória do MDB no pleito de 1974 foi resultado do novo fôlego dado as articulações comunistas, principalmente vivenciadas pelo PCB, que resultantes de um longo descontentamento com o regime vigente e posteriormente somadas a morte do jornalista Herzog, causaram prejuízos ao regime, tornando mundialmente públicas as suas práticas abusivas.

No entanto, o avanço representado pela vitória eleitoral do MDB não encerrou um ciclo, apenas iniciou uma nova fase na ditadura brasileira, caracterizada pela violência extrema da repressão. Os fatores anteriormente citados desencadearam uma nova onda de perseguições, voltando suas miras para os comunistas integrantes do PCB.

Em todo o Brasil essa nova fase da repressão foi marcada pelo empreendimento de “operações”. Estas eram coordenadas pelos órgãos de repressão do Estado, como por exemplo, a Operação Jacarta em São Paulo e a Operação Marumbi no Paraná. Em Santa Catarina, em 4 de novembro de 1975 era deflagrada a Operação Barriga Verde.

Empreendida pelo Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Exército e com o apoio da Polícia Federal, a OBV tinha como principal objetivo controlar o “perigo” comunista, perseguindo, prendendo, seqüestrando e torturando, a fim de conter os comunistas membros do PCB. De acordo com Mateus Gamba Torres:

Esta operação foi deflagrada pelos órgãos de segurança do regime militar contra militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuavam em Santa Catarina na década de 1975. A Operação, que tinha como objetivo oficial o descobrimento e a conseqüente prisão de elementos responsáveis pela reestruturação do Partido Comunista no Estado de Santa Catarina.¹²⁴

Apesar de seu objetivo principal ser a apuração e repressão, através de investigações,

¹²²BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Resenha eleitoral: Nova Série Eleições Catarinenses 1945 – 1998*. op. cit.

¹²³BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Mapa de apuração eleição em Criciúma Assembléia Legislativa – 1974*. Ver em anexo.

¹²⁴TORRES, op. cit., p. 13.

prisões, torturas e posteriores condenações, Mateus Gamba Torres aponta para uma constante preocupação, encontrada nos processos judiciais originados da operação por parte dos acusadores, em ligar os militantes do PCB à oposição legal, o MDB. Afim de posteriormente induzir à desmobilização do MDB, através da perda de prestígio popular gerado pelas suas ligações com os comunistas:

O discurso oficial, foi de que tal operação teve como pretexto a destruição do Partido Comunista Brasileiro, todavia parece bastante consistente a interpretação de que entre seus principais objetivos estava atuar no sentido de, em se localizando os responsáveis pela derrota eleitoral governista, tentar desmoralizar o MDB e jogá-lo contra parcelas do eleitorado, através da utilização das representações anticomunistas, notoriamente difundidas na sociedade brasileira.¹²⁵

Segundo Celso Martins, a Operação Barriga Verde prendeu, no período em que esteve ativa em Santa Catarina, 42 pessoas, dentre elas, 13 pessoas relacionadas ao movimento operário de Criciúma, eram elas: Amadeu Hercílio da Luz, Jobe Silva da Nova, Jorge João Feliciano, Jorge Vieira, Lourival Espíndola, Luiz Jorge Leal, Paulo Antonio, Roberto Cologni, Roque Felipe, Sebastião Ernesto Goulart e Túlio Valmor Bresciani. Além destes 11 que residiam em Criciúma no momento da prisão, houve aqueles que foram presos em decorrência de sua história de luta e resistência, que em parte se deu na cidade de Criciúma, como no caso de Ciro Pacheco e Walter Henrich Willy Horn (Alemão).

Em sua dissertação, Mateus Gamba Torres defende que, na Operação Barriga Verde “em geral, os acusados são membros da classe média e portadores do que podemos chamar de um capital cultural valorizado pela sociedade”¹²⁶, isso porque, entre os presos, haviam desde médicos, advogados, engenheiros, dentistas, funcionários públicos à estudantes e operários.

Os presos criciumenses possuíam, além de suas ligações com o PCB, uma trajetória atuante no movimento sindical em Criciúma, em especial, através do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

Como no caso de Jorge Feliciano que, segundo David Coimbra, começou a trabalhar nas minas de carvão no final da década de 1940 e chegou a ser cogitado como candidato nas eleições sindicais de 1957 (disputada e vencida por Antonio Parente, candidato que também representava os interesses da categoria) devido a seus fortes posicionamentos à favor dos mineiros. Em uma chapa encabeçada por Manoel Ribeiro, em 1961, Jorge Feliciano foi eleito para a diretoria do sindicato. No entanto, como católico fervoroso Jorge Feliciano queria se manter afastado dos colegas comunistas, a exemplo de Aldo Dietrich, advogado do sindicato.

¹²⁵TORRES, op. cit., p. 118.

¹²⁶Ibidem, p. 74.

Motivado pelas desigualdades sociais que observava ao seu redor, em 1962, Jorge Feliciano cedeu à ideologia comunista, filiou-se ao PCB e ganhou destaque nas reuniões secretas na casa de Dietrich.¹²⁷

Criciúma era encarada como um perigo comunista para a ditadura muito antes de 1975. De acordo com Ciro Pacheco, por exemplo, uma das motivações à visita do ditador Emílio Garrastzu Médici à cidade em 1972, foi averiguar se realmente havia algo de perigoso ao regime. Segundo Ciro os considerados subversivos, foram avisados pelo delegado Elvidio de Castro Veloso Filho, “um cara de confiança da Ditadura”¹²⁸, para permanecerem em suas casas, a fim de não tumultuarem a passagem de Médici e causar má impressão. Em entrevista Ciro Pacheco narra:

Mas eu não fico! Eu preciso trabalhar. (...) Doutor, Presidente Médici, pode sentar ali no centro da cidade, que ninguém olha pra ele, não tem nenhum perigo. Aqui não tem ninguém [sic]. Eu desrespeitei a ordem dele, peguei um acordo, que eu precisava ir, com mais nove pessoa pra Porto Alegre doente, de madrugada, quando eu voltei, em Torres, quando eu cheguei em Torres a rodovia tava fechada. Nunca vi tanto milico. Eu com nove doente... Aí, sabiam quem eu era... Eu falei com o comando... Olha eu sou do Sindicato. Expliquei a situação. Me autorizaram. Me autorizaram a passar. De cinco em cinco metros tinha um soldado com um fuzil na mão. De toda [sic] Criciúma. Falei não acredito...¹²⁹

As ligações entre o PCB e o Sindicato dos Mineiros de Criciúma possuem visibilidade perante os olhos do regime, como pode-se perceber, em um processo movido pela Secretaria de Segurança e Informações e pelo Departamento Central de Informações, em outubro de 1974 que tinha como objetivo identificar os responsáveis pela estruturação do PCB em Santa Catarina. O documento faz uma análise do cenário criculumense e das agitações ali conhecidas, utilizando-se de um Inquérito Policial Militar já existente, datado de 1964, episódio em que foram presas pessoas consideradas subversivas pelo regime e que participaram da greve geral deflagrada em resistência ao golpe militar, quando “ocorreu a prisão dos principais líderes e dirigentes sindicais de Criciúma”¹³⁰.

No documento, consta a seguinte afirmação: “A Zona Carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista, ou pelo menos às agitações dadas as condições de vida daqueles que ali labutam”¹³¹. O que mostra que para o regime, Criciúma era um reduto comunista no estado e também ajuda a explicar a razão para o regime

¹²⁷ COIMBRA, op. cit.

¹²⁸ PACHECO, op. cit., p. 26.

¹²⁹ Ibidem, p. 26.

¹³⁰ VOLPATO, (1984) op. cit., p. 120

¹³¹ SANTA Catarina. Secretaria de Segurança e Informação. ACE 019108/89. Acervo Particular.

mirar em Criciúma e através da Operação Barriga Verde prender 13 pessoas ligadas a região.

Em todo o estado de Santa Catarina a Operação Barriga Verde agiu ora silenciosa, ora gritante, mas em todos os casos fez uso de extrema violência. Nos dias que precederam a data de 4 de novembro de 1975, o parlamentar da ARENA Vinicius Tortato previa o futuro ao discursar na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, segundo Celso Martins, fazendo alusão ao tempo nublado, “A coisa está ficando preta. Eu não dou meia hora pra fechar tudo. (...) Olhem só para a Baía Norte. Vem água que não acaba mais”¹³². Martins aponta também para o noticiamento no jornal “O Estado”, fazendo menção a uma nota intitulada “Tempo Fechado”, que afirmava que algo estava para acontecer.

Mateus Gamba Torres e Celso Martins, apontam ainda para a série das mais variadas notícias que indicavam o progresso que vinha atingindo o país, “a propaganda governamental não poderia faltar”¹³³, desviando o olhar dos leitores. E desse modo, o tempo se assemelhava ao clima de tensão que se estabeleceria no dia seguinte entre os membros do PCB, que vinham percorrendo uma estrada de caminhos tortuosos, até suas recentes vitórias. Instalava-se nos membros do PCB a dúvida, todo o processo desde a vitória nas eleições de 1974 até a morte de Herzog, representaria o aumento da repressão ou um recolhimento por parte do Governo.¹³⁴

Aos poucos os militantes comunistas passaram a perceber que algo estava errado, viam-se obviamente sendo vigiados, “aos poucos os militantes começaram a ser acompanhados por pessoas estranhas, em alguns casos ostensivamente”.¹³⁵

Isso aconteceu com Ciro Pacheco, membro do PCB, filho de agricultores que trabalhou por algum tempo como mineiro em Criciúma na esperança de melhorar sua condição de vida. Durante seu trabalho como mineiro acabou se envolvendo no Sindicato dos Mineiros de Criciúma, tornando-se uma forte liderança sindical, estando por trás de inúmeras ações do sindicato, dentre elas muitas eleições.

Ciro chegou a ser cogitado para cargos de grande representatividade e sofreu com a retaliação e perseguição dos mineradores por conta de seus ideais. Após o golpe, aproximadamente em 1966, foi demitido da mina devido a sua luta para manter o Sindicato dos Mineiros de Criciúma nas mãos de representantes autênticos.

¹³²MARTINS, op. cit., p. 39.

¹³³TORRES, op. cit., p. 18.

¹³⁴MARTINS, op. cit., p. 41-44.

¹³⁵Ibidem, p. 42.

Me despediram, eu dei o meu discurso, não podia ser diferente. E vim embora. Vim embora. As portas das empresas fecharam, eu não arrumava emprego nem de engraxate de sapato. É como se eu tivesse lepra. E com quatro filhos. Sem emprego, a coisa foi meio que me desesperando.¹³⁶

Depois de ter recebido negativas de emprego até de empresas no Paraná, por intermédio de suas amizades, *Ciro* conseguiu um emprego de motorista no sindicato. Em 1971, em meio à luta para manter o sindicato atuante e nas mãos dos representantes autênticos da categoria, com a eleição de *Walter Alemão* e posteriormente sua cassação, *Ciro* foi demitido. Devido às perseguições impostas em *Criciúma* e os impedimentos em conseguir emprego, *Ciro Pacheco* foi morar em *Chapecó*, onde em 1975 encontrava-se trabalhando na seguradora de um amigo. Sobre o momento em que foi declarada a Operação *Barriga Verde*, *Ciro Pacheco* narra:

Quando declararam a Operação *Barriga Verde*. Era um negócio interessante. O dia em que o *Roberto Mota* [advogado amigo de *Ciro Pacheco*] foi preso, eu tava vindo de *Chapecó*, pra acertar as minhas contas em *Florianópolis*. Cheguei em casa da *Maria Rita*, casa do *Roberto*, porta aberta, ela assustada, ela olhou pra mim “Não soubesse nada?”, eu disse “Não...”, “O *Roberto* foi sequestrado! Preso, ninguém sabe pra onde é que tá!”¹³⁷.

Após o sobressalto devido à perda de um companheiro, *Ciro Pacheco* afirma: “Ficamos assustados né, nós sabíamos do risco”¹³⁸. Em 1975 as prisões foram verdadeiros sequestros, pois após serem perseguidos e vigiados, como afirmam diversos militantes no livro “Os quatro cantos do sol” de *Celso Martins*, as prisões feitas pelos órgãos de repressão do Estado não foram notificadas, tornando impossível saber onde o preso se encontrava. Isso ocorreu porque logo após o *AI-5*, legalmente “estabeleceu-se que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender quaisquer cidadãos por sessenta dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade”¹³⁹.

Mateus Gamba Torres, em sua dissertação de mestrado analisa o processo judicial gerado a partir da Operação *Barriga Verde* com a acusação aos presos políticos de militância em partido ilegal, especialmente a apelação do Ministério Público e de alguns dos advogados de acusados, cita que:

As prisões ocorreram dia 4 de novembro pela manhã. Antes disso, alguns estavam sendo seguidos por elementos estranhos. Falei prisões, mas na realidade foram

¹³⁶PACHECO, op. cit., p. 9.

¹³⁷Ibidem, p. 35.

¹³⁸Ibidem, p. 35.

¹³⁹GASPARI, (2002b) op. cit., p. 356.

seqüestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem livros e objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares.¹⁴⁰

Em meio ao panorama em que se encontrava devido a deflagração da Operação Barriga Verde, Ciro Pacheco decidiu que a melhor coisa a fazer era avisar os companheiros que estavam espalhados pelo estado, avisá-los que o tempo realmente havia fechado e os dias de tormenta haviam chegado.

O primeiro lugar em que decidiu ir foi Criciúma, onde atuou por um longo tempo e de onde conservava grandes amigos. Jorge Feliciano era um deles. Segundo Ciro Pacheco:

Cheguei em Criciúma, fui na casa do Jorge. O Jorge tava numa praia lá em Araranguá. Eu descobri daí eu cheguei lá encontrei o Jorge... Conversamos... Tomamos as medidas, dia 14, eu disse: “Jorge eu vou sair daqui, vou a Florianópolis pra avisar meus companheiros, de lá vou a Joinville e vou comunicar o pessoal pra se cuidar, porque nós temos companheiros por aí tudo.”¹⁴¹

Em Florianópolis, juntamente com o deputado Murilo Canto do MDB, Jorge Feliciano fez denúncia a prisão de Roberto Motta e outros companheiros desaparecidos. Pode-se observar nas transcrições feitas por Celso Martins, que em sua denúncia, Murilo Canto afirmava que os presos políticos haviam sido seqüestrados e alguns deles eram membros efetivos do MDB e outros eram conhecidos do partido¹⁴², pedindo esclarecimentos sobre o motivo das prisões, se existiam ou não mandados, o local onde os presos se encontravam e sob jurisdição de qual Justiça se encontravam, se Militar, Federal ou Comum do Estado.¹⁴³ Em sua Interpelação Murilo Canto afirma ainda: “Recebemos informações de que seriam presos ainda de hoje para amanhã, outros elementos de todo o Estado”¹⁴⁴, a partir do que, pode-se deduzir o caráter de seqüestro das prisões, sua premeditação e violência.

Após realizar a denúncia, possivelmente em parte pela tensão, angústia e insegurança que se estabelecia, David Coimbra afirma, sem menção a datas, que:

Jorge procurou esconderijo na casa do amigo Manoel Oliveira, um mineiro aposentado, na Praia da Gaivota, em Sombrio, bem ao sul de Santa Catarina, próximo à Torres (RS). Cada um de seus camaradas buscou um refúgio diferente. Em breve, todos teriam o mesmo terrível destino. Jorge foi detido pela Polícia Rodoviária Federal porque não agüentava mais o isolamento e resolveu ir à casa do

¹⁴⁰TORRES, op. cit., p. 75.

¹⁴¹PACHECO, op. cit., p. 35.

¹⁴²MARTINS, op. cit., p. 20.

¹⁴³Ibidem, p. 21.

¹⁴⁴Ibidem, p. 20.

irmão Alcides, em Maracajá, atrás de notícias.¹⁴⁵

Já a prisão de Ciro Pacheco se deu em situação amplamente divergente. Segundo ele, após falar com os companheiros em Criciúma, seguiu para Florianópolis, passou por Joinville, voltando a Chapecó, sem muita pressa, pois era desconhecido da polícia de lá, apesar de ter sido preso algumas vezes em ocasiões anteriores em Criciúma, em Chapecó nem a polícia e nem mesmo os moradores próximos poderiam identificá-lo, pois conhecia apenas o pessoal do seguro com quem trabalhava. Ciro conta:

Fui a Joinville, avisei o pessoal de Joinville e toquei direto pra Chapecó. Cheguei em Chapecó umas três, quatro hora da manhã. Mas eu sabia que Chapecó eles estavam me caçando, mas eles não me conheciam... Eu não era conhecido deles, eu era novo lá... Só quem me conhecia era o pessoal do seguro. Aí eu peguei, deixei o carro no posto de gasolina e fui a pé pra casa. Nem vi a polícia, fui lá porque sabia que eles estavam me procurando pela chapa do carro. Entrei pra dentro de casa, dormi. No outro dia de manhã um cidadão me chamo na frente de casa, eu já vi logo que era da polícia... Querendo falar de seguro, aí como ele é do ramo, eu fiz algum questionamento, ele não soube me responder, já vi que era polícia. Mas fiquei numa situação difícil... Vou fugir! Podia fugi... Mas com quatro filhos, ela lá sozinha, numa terra estranha, agente não tem muito como fazer isso. Eu disse, “O jeito é eu me entregar, achar a forma mais adequada pra me entregar, onde ia evitar o seqüestro”. O que eu fiz, eu peguei o menino meu de sete anos, seis anos... (...) Peguei ele, disse “Filho, vamos sair com o pai”. Daí, botei ele dentro do carro, botei na oficina, quando eu botei na oficina, que eu saí, eu não saí na esquina, aí me prenderam, levaram pro quartel e lá falei com o oficial do quartel, era o Capitão. Chegou e disse pra mim “Mas você não é preso... (sic) Você não é preso nosso.” eu disse “Então eu posso ir embora?”. Polícia Militar de Santa Catarina...¹⁴⁶

Segundo Ciro Pacheco, após ser preso em Chapecó, foi levado até o Quartel do Exército de Palmas, onde os guardas esperavam de prontidão por alguém dito perigoso. Depois de Palmas, seguiu para Curitiba, onde “começou o terror”¹⁴⁷. Em Curitiba, Ciro encontrou alguns amigos e companheiros, como Amadeu Hercílio da Luz e Jorge Feliciano.

Enquanto estiveram presos, os horrores foram inenarráveis, vítimas de torturas físicas e psicológicas. Quando questionado sobre as marcas deixadas pela tortura, Ciro afirma que com elas “a gente fica, por exemplo, de vez enquanto eu me desequilibro. Em determinados momentos. É mais desequilíbrio emocionalmente. Muitas vezes eu me desequilibro, às vezes numa conversa [...]. No tempo eu tinha toda a calma do mundo”¹⁴⁸, dando a entender que o mais grave são as marcas deixadas no emocional e psicológico.

O Inquérito originado após as 42 prisões girava em torno da participação dos presos

¹⁴⁵COIMBRA, op. cit., p.9.

¹⁴⁶PACHECO, op. cit., p. 36.

¹⁴⁷Ibidem, p. 37.

¹⁴⁸Ibidem, p. 47.

no PCB e havia um interesse sobre o MDB, segundo Mateus Gamba Torres, “muitas das *declarações* buscadas junto aos acusados efetivamente pretendiam estabelecer uma relação direta com o MDB e sua vitória eleitoral”¹⁴⁹. Ciro Pacheco relata ao ser questionado sobre o que os interrogadores queriam, que eles não queriam apenas nomes envolvidos com o PCB para fazer uma “limpeza”, segundo ele:

O que eles queriam na verdade, era dar mais um golpe dentro do golpe... Um golpe dentro do golpe... Como o [sic] [Geisel] estava com aquela política dele de abertura gradual deles, a direita não estava satisfeita. Extrema Direita. Então, o que eles fizeram, eles desencadearam um processo de prisão no Brasil, pra chegar [sic], bota debaixo do braço [sic], “A subversão continua no país, daí limpa...”. Isso que eles queriam na verdade. Inclusive fazer uma limpeza no Estado Santa Catarina. Eles diziam claro pra nós no interrogatório: “Vocês não tem governador, vocês tem uma mulher no comando... Nós vamos tomar...”¹⁵⁰.

Desse modo, podemos perceber que existiam ainda grupos divergentes no comando da Operação Barriga Verde e na direção governamental. Alguns grupos, pode-se conjecturar, defendiam a manutenção do governo ditatorial, fechado, sem a abertura gradual e tida como segura defendida pelo ditador Geisel e outros. Mantendo a censura e a repressão, contendo o comunismo anticristão e mantendo o Brasil em segurança nas garras do imperialismo. Segundo Ciro Pacheco, ficava claro nos interrogatórios, que se pretendia demonstrar ao Governador do Estado e ao Presidente, que a subversão continuava existindo e era preciso manter um comando rígido, manter a ditadura fechada.

A Operação Barriga Verde, pode-se dizer, chegou ao fim apenas em 1979, com a lei de anistia, pois segundo Mateus Gamba Torres, dos 42 presos em 1975, a maioria ficou presa mais tempo do que a legislação permitia. Dezesete foram condenados, aos poucos alguns tiveram suas prisões relaxadas, mas para aqueles que continuaram detidos a liberdade veio apenas com a lei da anistia de 1979.

Além dos números e condenações, é preciso ponderar a violência do processo, a forma como as informações e confissões foram obtidas nos interrogatórios, e acima de tudo, perceber que um procedimento empreendido com tamanha violência não passa sem deixar marcas. Desse modo, devemos perceber que apesar de serem 17 presos condenados, todos os 42 foram igualmente marcados.

Após a Operação Barriga Verde, de acordo com Celso Martins, o PCB ficou desestruturado em Santa Catarina, devido a dura repressão sofrida e a perda de muitos

¹⁴⁹TORRES, op. cit., p. 182.

¹⁵⁰PACHECO, op. cit., p. 39.

companheiros. Além disso, houveram algumas transformações ideológicas, o socialismo não era o objetivo maior do partido em pequeno ou médio prazo, substituído pela luta pelas liberdades democráticas. Segundo Martins:

Prestes já não está mais com o PCB, esfacelado pelas prisões e mortes de 1974-75, dividido, cujos militantes que permaneceram na ativa acompanharam o surgimento e organização de outras forças políticas, ocupado espaços deixados pelos comunistas. O velho Partidão já não era mais o elemento aglutinador da esquerda brasileira, como havia sido até meados da década de 1960. Ao contrário, outras forças melhores organizadas estava dando as cartas nos movimentos sindical, estudantil, social e cultural.¹⁵¹

Desse modo, a Operação Barriga Verde agiu em Santa Catarina, atingindo Criciúma, o “vespeiro da bacia carbonífera” e a “Cuba Brasileira”, especialmente por sua tradição atuante e combativa do movimento sindical mineiro, deixando memórias de tortura e sofrimento, marcas profundas nos envolvidos e em toda a resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵¹MARTINS, op. cit., p. 165.

A ditadura civil militar, de um modo geral, representou para o Brasil uma reforma conservadora, respaldados pelo governo norte americano, embasados pela Igreja Católica e apoiados nos interesses da grande burguesia, utilizando a classe média como massa de manobra, os militares deram um golpe na sociedade e na democracia brasileira. Em defesa da segurança nacional, da ordem e das instituições, contra o comunismo, os militares levaram o Brasil ao período mais autoritário e sombrio de sua história.

Este trabalho estudou historicamente alguns aspectos desse período, constatando que, fazendo uso da repressão, a ditadura civil militar brasileira tentou silenciar os movimentos sociais existentes no período. Construiu um imaginário social favorável a suas idéias, que davam legitimidade a suas atitudes. Prendeu, torturou e matou em nome da pátria.

Em Criciúma essa realidade não foi diferente. Conhecida por sua experiência na luta em defesa da classe operaria, foi possível perceber através das entrevistas, que durante o regime ditatorial, apesar da repressão e da exclusão social, homens e mulheres continuaram construindo experiências de resistência.

Foi importante destacar, que historicamente, a cidade de Criciúma se configurou, inclusive perante os olhos do Estado, como um lugar de luta e resistência da classe operária. A partir dessa constatação, foi possível começar a entender as razões que levaram a ditadura civil militar a se interessar pela cidade, com tamanha evidência que desde os primeiros momentos do golpe, prendeu e reprimiu os militantes políticos, deslocou o presidente ditador Médici até a cidade e no auge da repressão em Santa Catarina, através da Operação Barriga Verde, prendeu 13 pessoas por sua história de militância na cidade.

A imprensa foi identificada como um dos principais elementos da construção do imaginário anticomunista em Criciúma, comandada pelas elites locais. Assim como, foi atribuído um papel importante da Rádio Difusora como rádio dos trabalhadores.

Criciúma foi cenário de inúmeras resistências, muitas delas articuladas por militantes do PCB, apontou-se nesse trabalho, desde agitações comunistas, até a fundação do MBD na cidade, uma forma encontrada pelos militantes do PCB de participar ativamente da vida política, em um período em que o PCB encontrava-se na ilegalidade e qualquer oposição era reprimida ou controlada pelo governo. Em grande escala, essas resistências passaram pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma, que também possuíam ligações com o PCB, seus militantes não se conformaram com a situação que lhes era imposta.

Com o apoio do PCB, o MDB conseguiu superar a ARENA nas eleições de 1974. A vitória nas eleições, somada a outros fatores, representou uma vitória sobre a ditadura civil militar e se destacou como um dos elementos que levaram ao desencadeamento da Operação

Barriga Verde, visto que, o regime investia fortemente em propaganda e construiu um imaginário favorável na população, a OBV foi realizada no sentido de compreender como aquela vitória inédita tinha sido possível e eliminar qualquer perigo que poderia representar.

A OBV foi silenciosa, apenas os militantes, os presos e suas famílias tinham conhecimento do que estava acontecendo. Nesse trabalho, se buscou deixar um pouco de lado as questões relativas ao cárcere, as torturas físicas e psicológicas, tanto no que diz respeito aos presos, quanto a suas famílias. Voltando-se para o processo que desencadeou em tais atrocidades.

No entanto, é importante apontar que, inicialmente, o único objetivo era desenvolver uma pesquisa inteiramente voltada para o estudo da OBV, porém as fontes apontavam milhares de possibilidades inexploradas, levando a pesquisa por outros caminhos, dando-lhes um olhar mais abrangente.

Nesse sentido, o objetivo de trazer a luz algumas experiências das resistências em Criciúma foi atingido, assim como, foi possível mostrar que o governo não se retraiu em nenhum momento no que diz respeito a repressão, as vitórias da resistência apenas intensificavam as perseguições. Além disso, abriu-se um espaço para novas pesquisas, mais específicas em cada um dos aspectos aqui apresentados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

A FORTUNA do presidente deposto. *Jornal Tribuna Criciumense*, 27 à 04 de julho de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

A REVOLUÇÃO e a paz social. *Jornal Tribuna Criciumense*, 21 à 26 de dezembro de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. São Paulo: Ática, 1988.

A REVOLUÇÃO tem compromisso com a grandeza da pátria. *Jornal Tribuna Criciumense*, 06 à 13 de junho de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

BOM para o Brasil, bom para Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, 09 à 16 de janeiro de 1965. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

Brasil nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Mapa de apuração eleição em Criciúma Assembleia Legislativa – 1974*. Disponível em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc184989/mapa_apuracao_arquivo_1974_215_46.pdf#search='mapa assembleia legislativa apuracao'. Acessado em: 01 de dezembro de 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Mapa de apuração eleição em Criciúma Câmara Federal – 1974*. Disponível em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc184328/mapa_apuracao_arquivo_1974_211_2_194.pdf#search='mapa apuracao'. Acessado em: 01 de dezembro de 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Mapa de apuração eleição em Criciúma Senado – 1974*. Disponível em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc184328/mapa_apuracao_arquivo_1974_211_2_194.pdf#search='mapa apuracao'. Acessado em: 01 de dezembro de 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. *Resenha eleitoral: Nova Série Eleições Catarinenses 1945 – 1998*. 2001.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, Sebastião Netto. *Uma biografia com um pouco da história do carvão catarinense*. Santa Catarina: Insular, 2001

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1995.

COIMBRA, David. *Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual*. Criciúma, SC: Editora da UNESC, 1996.

COMISSÃO Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acessado em: 15 de novembro de 2013.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FELICIANO, Jorge João. Entrevista concedida à Janete Tichês. Em 20 de outubro de 1992.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FICCO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1977.

GAPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOVERNO foi moderado nas cassações. *Jornal Tribuna Criciumense*, 27 à 04 de julho de 1964. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

LEI de Anistia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acessado em: 17 de dezembro de 2013.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira. In. *Autoritarismo e cultura política*. ABREU, Luciano Amarone. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org). Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

O POVO é contra a reforma. *Jornal Tribuna Criciumense*, 26 de junho a 06 de Julho de 1963. Disponível em: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

PACHECO, Ciro Manoel. Entrevista concedida à Marli de Oliveira Costa. Balneário Rincão, SC. Em 22 de setembro de 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História: Representações*, v. 15, n. 29, p.9-27, 1995.

REMOND, René. LINHARES, Maria Yedda (Trad.). *Por que a história política?* – Conferencia. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n°. 13, p. 7-19, 1994.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSA, Rodrigo Garcia da. *A mais popular: história da Rádio Difusora de Criciúma 1962-1977*. 50f. Monografia (Pós-Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma.

SANTA Catarina. Secretaria de Segurança e Informação. *ACE 019108/89*. Acervo Particular.

TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade*. Florianópolis, SC: Ed. Insular, 1996.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TORRES, Mateus Gamba. "*A Justiça nem ao Diabo se há de negar*": A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). 2009.188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VITALI, Marli Paulina. *União dos estudantes secundários de criciúma (UESC): entre o conservadorismo e a resistência*. 154f. Dissertação (Mestrado em educação – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. UFSC, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *Vidas marcadas: Trabalhadores do carvão*. Tubarão, SC: Ed. UNISUL, 2001.

1964: já é pagina da história. *Jornal Tribuna Criciumense*, 09 à 16 de janeiro de 1965. Disponível em: Histórico Municipal Pedro Milanez, Criciúma, SC.

ANEXOS

Município de: GRACIUMA

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ELEIÇÕES REALIZADAS EM 15 DE NOVOBRO DE 1974
COMISSÃO APURADORA
MAPA DE APURAÇÃO
BOLETIM

ESTETORES DISTRIBUIDOS	38 025
---------------------------	--------

VOTANTES	SCRITORES DA SEÇÃO	33 297
	SCRITORES DE OUTRAS SEÇÕES	228
	TOTAL	33 525

SENADO FEDERAL

SENADOR E SUPLENTE

M D B - EVELÁSIO VIEIRA 18 355
STÉLIO CASCAES BORRANI

ARENA - IVO SILVEIRA 11 790
TELMO RAMOS ARRUDA

VOTOS EM BRANCO 2 082
VOTOS ANULADOS 1 298
TOTAL 33 525

SEÇÕES	
URNAS APURADAS	172
URNAS ANULADAS	-
URNAS APURADAS EM SEPARADO	-
TOTAL	172

CÂMARA FEDERAL
LEGENDAS

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL	14 008
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	15 309
VOTOS EM BRANCO	2 875
VOTOS ANULADOS	1 333
TOTAL	33 525

CÂMARA FEDERAL - VOTAÇÃO PREFERENCIAL**ARENA**

Abel Ávila dos Santos	10
Adhemar Garcia Filho	49
Adhemar Paladina Ghisi	5 100
Albino Zeri	123
Angelino Rosa	16
Aróides Carneiro de Carvalho	52
Dib Cherem	161
Eduardo Santos Lins	255
Evaldo Amaral	21
Henrique Helion Velho de Córdova	175
João Cândido Linhares	64
Luiz Adelar Soldatelli	17
Nereu Guidi	7 733
Milton Rogério Neves	14
Pedro Paulo Hings Coim	10
Wilmor Dallanhol	45
Somente Legenda	163
TOTAL	14 008

M D B

Cesar Correa do Nascimento	278
Ernesto José de Marco	19
Francisco Orestes Libardoni	37
Jalson Tupy Barreto	144
José Thomé	54
Leandro Ramos Vieira	107
Luiz Benjamim Pereira	20
Luiz Henrique da Silveira	16
Milton Pompeu da Costa Ribeiro	9
Romão Sebastião Neves	28
Walmir Paulo de Lucca	14 237
Somente Legenda	360
TOTAL	15 309

OBSERVAÇÕES:

APROVADO PELA COMISSÃO APURADORA EM 16 DE novembro DE 1974

PRESIDENTE
MEMBROMEMBRO
SECRETÁRIO



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ELEIÇÕES REALIZADAS EM 15 DE NOVEMBRO DE 1974
COMISSÃO APURADORA
MAPA
BOLETIM DE APURAÇÃO

Município de: C.R.I.C.I.U.M.A.....

66

ELEITORES	
DISTRIBUÍDOS	38 025
VOTANTES	
ELEITORES DA SEÇÃO	33 297
ELEITORES DE OUTRAS SEÇÕES	228
TOTAL	33 525

SEÇÕES	
URNAS APURADAS	172
URNAS ANULADAS	-
URNAS APURADAS EM SEPARADO	-
TOTAL	172

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - LEGENDAS	
ALIANÇA REPOVADORA NACIONAL	14 249
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	25 751
VOTOS EM BRANCO	2 281
VOTOS ANULADOS	1 244
TOTAL	33 525

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - VOTAÇÃO PREFERENCIAL

A R E N A

M D B

Abraão João Francisco	5	Acácio Pereira	24
Adherbal Vicente Schaefer	8	Ademar Willich	9
Aldo Menegatti	3	Adherbal Guarany da Rosa	72
Aldo Pereira de Andrade	3	Alvaro Correia	3
Antonio Carlos Luz Gottardi	1	Antonio Meneses Lima	1
Antonio Henrique Bulcão Viana	27	Aristiliano Melo de Moraes	3
Antonio Pichetti	-	Arnelindo Massocco	-
Antonio Sebastião Peixer	3	Carlos Bichele	18
Archimedes Napolitani Filho	1 113	Caetano João Maldaner	6
Aristides Dolan	6 589	Celso Amorim Salazar Pessoa	1
Arno Seára	89	Cleophasio Myllus Bernardoni	8
Aureo Vidal Ramos	3	Dejandir Dalgasquale	3
Benedito Theresio de Carvalho Netto	2	Delim de Pádua Peixoto Filho	32
Celso Ivan da Costa	12	Egon Flores	10
Dilney Chaves Cabral	52	Elmar Aloisio Zimmermann	1
Djalma Mondo	61	Eugenio Niclaus Stein	8
Edmond J. J. Saliba	16	Evadio Paulo Broening	18
Egydio Volpato	35	Fausto Lobo da Silva Brasil	23
Elgydio Lunardi	44	Francisco de Assis Kuster	3
Epitácio Bittencourt	91	Hélio Luiz Correa	35
Eucides Visconti	1	Henrique Arruda Ramos	12
Fernando C. Buslos	6	Imar Rocha	2
Fioravante Massolini	7	Jacob Anderle	17
Francisco Carlos Regis	7	João Manoel Vicente	52
Francisco Paulo Kacsemode	3	João Ramos Martins	12
Gentil Bellani	7	Jorge Gonçalves da Silva	17
Geraldo Mariano Gunther	2	Lauro André da Silva	25
Gervásio José Maciel	3	Lauro Vieira de Brito	2
Guilherme José Milson	1	Leopoldo Jacobsen Júnior	22
Hamilton Batista Seifriz	76	Lourenço Antonio Brancher	-
Harry Kormann	29	Luiz Carlos Brunel Alves	45
Hélio Getúlio Thibes Pleyer	26	Manoel Carlos de Souza	71
Homero de Miranda Gomes	22	Manoel Victor Gonçalves	-
Horst Otto Dammring	1	Marcos Flávio de Oliveira Schiefler	2
Jaine Júlio Will	-	Miraci Dereti	2
Jayson Prates Silva	38	Murilo Sampaio Canto	8 120
José Aleixo Dallagnelo	103	Nelson Tófano	6
José Camargo	3	Ney de Aragão Paz	6 414
José Mauro da Costa Ortega	27	Nilson Germano Zemaowski	1
João Corrêa Bittencourt	61	Pedro Medeiros	12
Júlio Cesar	10	Rogério Adolfo Rudolf	-
Luiz Antônio Soares	1	Rogério Martoreno	16
Martinho Herculano Gbizzo	175	Roland Harold Dornbusch	29
Milton Carlos de Oliveira	84	Silvio Silva Sobrinho	25
Moacir Bertoli	8	Waldir Luiz Buzzato	5
Nabor Lemos	1	Walmir Wagner	5
Nagib Zattar	9	SOMENTE LEGENDA	402
Nerbal Andrade de Souza	7	TOTAL	15 751
Nelson Morro	8	OBSERVAÇÕES:	
Nelson Pedrini	5		
Newton Borges da Costa	7		
Oclacilio Pedro Ramos	3		
Onaci Luiz Fabrin	-		
Prudente Cândido da Silva Filho	69		
Ralf Knaschel	1		
Rony Zaniboni	585		
Saturnino Dadam	1		
Sebastião Netto Campos	4 427		
Teófilo Tavares	9		
Venício Tortato	3		
Waldomiro Colautti	-		
Wilmir Ortigari	12		
Wilson Lemos	5		
Zany Gonzaga	33		
SOMENTE LEGENDA	204		
TOTAL	14 249		

APPROVADO PELA COMISSÃO APURADORA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1974

PRESIDENTE
MEMBERO
MEMBERO
SECRETARIO